

O Processo de Integração de Angola na SADC: Dinâmicas Geoestratégicas Geoeconómicas (2004 -2014)

Francisco Oliveira Guilherme

Orientador: Prof. Doutor Heitor Alberto Barras Romana

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Estratégia.

Lisboa
2017

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

DEDICATÓRIA

Dedico esta Dissertação de Mestrado à minha família, em especial à minha esposa Maria Alzira Granato do Nascimento Guilherme e aos meus filhos: Domitília, Carlos Alberto, Maira Patrícia, Marcelina, Holy Eliandro, Braulio, Cleúsio e Vissolela, que sempre estiveram ao meu lado para a concretização deste sonho. Dedico-a igualmente aos meus pais, Dinis Guilherme (em memória) que me ensinou as primeiras letras e Joana João Francisco que sempre acreditou em mim.

AGRADECIMENTOS

Para que este trabalho se tornasse realidade, contei com a disponibilidade, apoio e colaboração de um grupo de pessoas, que se tornaram numa mola impulsadora à boa consecução do mesmo. Para elas o meu devido respeito e reconhecimento, sobretudo por me incentivarem a ultrapassar grandes constrangimentos nas diversas fases da realização do trabalho. Gostaria, no entanto, de manifestar a minha gratidão ao Professor Catedrático Heitor Barras Romana, orientador incansável desta dissertação, pela sua simpatia desde o primeiro dia que o conheci, pela forma crítica e aconselhadora, mas sobretudo pelo estímulo e ajuda na concretização deste trabalho.

Agradeço ao Professor Doutor André de Oliveira João Sango, o grande mentor do projecto de formação de que fiz parte e mais do que isso, agradeço-lhe a sua disponibilidade em ajudar sempre que lhe foi possível, nas questões relacionadas com a minha formação. O meu eterno muito obrigado.

Agradeço em particular ao Doutor André Caputo Menezes, pelo grande apoio prestado ao longo deste percurso.

Gostaria de agradecer em especial à Doutora Andrea Valente, que teve a paciência para me aturar sempre que tive dúvidas.

Aos meus colegas de trabalho, nomeadamente Domingos Joaquim Diogo, Alcione Joana Fortunato Fernandes e Ângela Akssana Chicola, um muito obrigado pelo carinho.

Agradeço ainda a todos os professores que leccionaram na parte curricular deste mestrado e cujos ensinamentos me permitiram conduzir este trabalho.

A todos os meus colegas do curso que me ajudaram na troca de experiência sempre que foi necessário, a minha sincera gratidão.

O MEU MUITO OBRIGADO A TODOS.

Resumo

Angola é membro fundador da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e partilha em conjunto com outros Estados uma série de objectivos e estratégias comuns. Porém, possui interesses diferentes no processo de integração, quer do ponto de vista político-militar, quer do económico-social, no âmbito dos seus objectivos e interesses estratégicos e de segurança. Parte-se da questão relacionada com a funcionalidade operativa da SADC no quadro da optimização dos interesses nacionais estratégicos de Angola, que constitui a pergunta de partida desta dissertação. Sendo o seu objectivo principal a análise das dinâmicas geoeconómicas no processo de integração de Angola na SADC, ou mais concretamente, as articulações dos factores geoestratégicos com os factores geoeconómicos na integração de Angola na SADC.

A descrição e análise dos factores geopolíticos/geoestratégicos e geoeconómicos demonstram que o país possui potencialidades que lhe permitem otimizar os seus recursos estratégicos e salvaguardar os interesses estratégicos nacionais, projectando-se como um Estado-director na região austral do continente. No entanto, o processo de integração de Angola na SADC tem sido orientado para um alargamento da sua influência político-securitária, exercendo um papel relevante nos diversos processos político-militares que se registam na região. Já no domínio económico, Angola mantém uma posição gradualista face ao aprofundamento da sua integração, atendendo às assimetrias regionais existentes e à criação de condições que lhe permitem minimizar as suas vulnerabilidades no mercado regional.

Palavras-chaves: Angola, SADC, integração regional, dinâmicas geopolíticas/geoestratégicas e geoeconómicas.

Abstract

Angola is a founding member of SADC and shares jointly with other States a series of common objectives and strategies. However, it has different interests in the integration process, both from a political-military point of view and from an economic-social point of view, within its objectives and strategic and security interests. The main objective of the research was to analyze the geo-economic dynamics in the process of Angola's integration into SADC, based on the question of SADC's operational functionality in the context of optimizing Angola's strategic national interests, which is the starting point of the dissertation.

The description and analysis of the geopolitical / geo-strategic and geo-economic factors shows that the country has the potential to optimize its strategic resources and safeguard national strategic interests, projecting itself as a State-Director in the southern region of the continent. But Angola's integration process in SADC has been oriented towards broadening its political-security influence, playing a relevant role in the various political-military processes that are taking place in the region. While in the economic field it maintains a gradualist position in the face of the deepening of economic integration, due to the existing regional asymmetries and the creation of conditions that allow it to minimize its vulnerabilities in the regional market.

Keywords: Angola, SADC, regional integration, geopolitical / geo-strategic and geo-economic dynamics.

Índice

Dedicatória.....	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice de Tabelas/Quadros	viii
Índice de Figuras	ix
Índice de Gráficos	xx
Lista de Abreviaturas.....	ix
Introdução.....	1
Problemática.....	2
Pergunta de Partida e Objectivos.....	3
Metodologia do Trabalho	3
Fontes de Investigação e Tratamento de Dados	4
Capítulo – I: Abordagem Teórica.....	5
1.1. Estado da Arte	6
1.2. Estratégia, Segurança e Interligação de Conceitos.....	10
1.3. Teoria da Integração e Integração Regional	13
1.4. Factores Geopolíticos, Geoestratégicos e Geoeconómicos	18
Capítulo – II: Caracterização da África Austral e da SADC.....	22
2.1. Caracterização Geográfica e Histórica	22
2.2. Caracterização da Política e da Defesa	25
2.3. Caracterização Sócio-Económica.....	27
2.4. A SADC	29
2.4.1. Origem e Evolução da SADC.....	29
2.4.2. Objectivos e Princípios da SADC	31
2.4.3. Estrutura e Organização da SADC	33

2.4.4. Modelo de Acção.....	35
2.5. Estratégia e Modelo de Organização: Agenda Comum da SADC	37
2.5.1. Agenda Política: Paz, Segurança, Democracia e Boa Governação	38
2.5.2. Agenda Económica: Crescimento e Desenvolvimento Sócio-económico Sustentável.....	40
Capítulo – III: Angola na SADC: Dinâmicas Geoestratégicas e Geoeconómicas	42
3.1. Angola no Contexto Regional e Internacional	42
3.2. Potencialidades e Dinâmicas Fronteiriças	45
3.2.1. Angola como Estado Director: Posição e Factores de Estabilidade e Vulnerabilidade	47
3.2.2. Interação Política, Segurança e Defesa Nacional	53
3.3. Dinâmicas Geoeconómicas	57
3.3.1. Conceitos Geoeconómicos e Objectivos do Mercado Regional	57
3.3.2. Integração da Economia Angola no Espaço Regional	61
3.3.3. Potencialidades e Vulnerabilidades no Quadro Geoeconómico.....	67
Conclusão	70
Bibliografia	73
Anexo nº 1 SADC: Caracterização Sócio-económica de Alguns Países.....	81
Anexo nº 2 RISDP: Comércio, Liberalização Económica e Desenvolvimento	86
Anexo nº 3 SADC: Capacidades Militares (Exército, Força Aérea e Marinha).....	87

Índice de Quadros e Tabelas

Quadro nº 1 As Etapas da Integração Económica	15
Quadro nº 2 Factores Geopolíticos, Geoestratégicos e Geoeconómicos	21
Quadro nº 3 Africa Austral.	22
Quadro nº 4 Países com maior e menor Crescimento em África (2006-2008)	27
Quadro nº 5 Modelo de Acção da SADC	35
Quadro nº 6 Potencialidades e Vulnerabilidades do factor físico.....	48
Quadro nº 7 Potencialidades e Vulnerabilidades do factor humano.....	49
Quadro nº 8 Potencialidades e Vulnerabilidades do factor recursos naturais	50
Quadro nº 9 Potencialidades e Vulnerabilidades do factor circulação e estrutura	51
Tabela nº 10 Alguns Indicadores Económicos da SADC.....	59
Tabela nº 11 Alguns Indicadores Económicos da SADC (Exportação, importação, dívida externa e reservas internacionais	60
Tabela nº 12 Taxa de crescimento do PIB por sectores da economia	63
Tabela nº 13 Indicadores de crescimento do PIB em Angola	65
Quadro nº 14 Potencialidades e Vulnerabilidades do factor físico.....	67
Quadro nº 15 Potencialidades e Vulnerabilidades do factor humano e recursos naturais	68
Quadro nº 1 Potencialidades e Vulnerabilidades do factor circulação e estrutura	69

Índice de Figuras

Figura nº 1 Resultados do Processo de Integração e das Dinâmicas Geoestratégicas e Geoeconómicas.....	21
Figura nº2 Mapa da África Austral.....	23
Figura nº3 Maiores Rios da África Austral	23

Índice de Gráficos

Gráfico nº 1 Crescimento do PIB por sectores da economia.....	64
Gráfico nº 2 PIB em mil milhões de dólares	65
Gráfico nº 3 Taxa de crescimento do PIB	66
Gráfico nº 4 Taxa de Desemprego.....	66

Lista de Abreviatura e Siglas

AA - Acordo de Associação

AFTA – ASEAN free Trade Area

ANC – African National Congress

AP – Acordo de Preferencial

APG - Acordo Político Geral

APEC – Asia-Pacific Economic Cooperation

ASEAN – Association of Southeast Asian Nations

BNA - Banco Nacional de Angola

BNP- Basotho National Party

CND – Corredor de Desenvolvimento de Nacala

CONSA - *Constellation of Southern African States*

COMESA – Common Market of Eastern and Southern Africa

COI – Comissão do Oceano Índico

CEEAC - Comunidade Económica de Estados da África Central

CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CIRGL – Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos

CGG – Comissão do Golfo da Guiné

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

ECA – Economic Commission for Africa

EUA – Estados Unidos da América

FED – Fundo Europeu de Desenvolvimento

FNLA- Frente de Libertação de Angola

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

FIN – Força Internacional Neutra

GURN – Governo de União e Reconstrução Nacional

HIV/SIDA – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

IAEM – Instituto de Altos Estudos Militares

LNG – Liquefies Natural Gas

MC – Mercado Comum

MPLA -Movimento Popular de Libertação de Angola

MPDT – Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial

MONUSCO – Missão das Nações Unida na República Democrática do Congo

NATO – North Atlantic Treaty Organization

NTB – Non-Tariff Barrier

NEPAD – Nova Parceria para Desenvolvimento da África

OUA – Organização da União Africana

ONU – Organização das Nações Unidas

PEC – Pauta Externa Comum

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

RA – República de Angola

RCA – República Centro Africana

RDC – República Democrática do Congo

RAS – República da África do Sul

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana

RISDP – Regional Indicative Strategic Development Plan

SADCC – Conferencia de Coordenação do Desenvolvimento da Africa Austral

SADC – Comunidade de Desenvolvimento para Africa

SADCBRIG – SADC Standby Force Brigade

SADC-SF – Forças de Segurança da Comunidade de Desenvolvimento para África

SEAC – SADC Electoral Advisory Council.

SEOM – SADC Electoral Observation Mission

SIPO – Strategic Indicative Plan for the Organ

SWAPO – South West African People’s Organisation

TES – Tribunal Eleitoral Especial

UA – União Africana

EU – Europe Union

UEM – União Económica e Monetária

UNITA – União Nacional para Independência Total de Angola

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZCL – Zona de Comercio Livre

ZANU-PF – Zimbabwe African National Union – Patriotic Front

ZAPU – Zimbabwe African People’s Union

Introdução

A presente dissertação de mestrado, intitulada “O Processo de Integração de Angola na SADC: Dinâmicas geopolíticas e geoeconómicas (2004 - 2014)”, insere-se na área dos Estudos Políticos-Estratégicos no contexto dos processos de integração regional, com realce para as dimensões geoestratégicas e geoeconómicas na integração dos países. A integração regional em África data das décadas de 80 e 90, com a criação de blocos regionais, em função da sua configuração geográfica, para gerar sinergias económicas regionais e contribuir para a criação da estabilidade política dos Estados-membros. A SADC, criada neste âmbito, assumiu o propósito de promover esforços para a cooperação e solidariedade e para a construção de um projecto de paz e de segurança na região austral. A agenda comum da organização que está na base do projecto, incorpora uma agenda política e uma agenda económica. A primeira tem como objectivo garantir a paz, segurança, democracia e boa governação, a segunda assenta na promoção do crescimento e desenvolvimento económico, na auto-suficiência colectiva e na garantia da erradicação da pobreza.

Apesar das tensões político-militares recorrentes na República Democrática do Congo (RDC) e de algumas crises políticas que ocorrem, até agora, em países como o Lesotho, Madagáscar, Maurícias e Zimbabwe, a SADC constitui o bloco regional na África Subsariana que apresenta maior estabilidade política e securitária. Tem uma grande capacidade político-institucional para a prevenção, gestão e mediação de conflitos, e de processos de democratização menos tensas, assistindo-se à realização regular de eleições nos mais diversos países. A região apresenta também alguma estabilidade económica, com um PIB que ultrapassa a metade da África Subsariana e uma elevada taxa de crescimento económico em alguns dos países: África do Sul, Angola, Maurícias, Moçambique, Malawi e Tanzânia.

Angola é membro fundador da SADC e partilha, em conjunto com outros Estados, uma série de objectivos e estratégias comuns para fazer face aos problemas que preocupam os países membros nos mais diversos domínios. Porém, possui interesses diferentes no processo de integração, quer do ponto de vista político-militar, quer do económico-social, no âmbito dos seus objectivos e interesses estratégicos e de segurança.

Os estudos sobre o processo de integração regional de Angola têm sido orientados para questões de natureza geopolítica e geoestratégica (Bembe, 2010; Chinguri, 2008; Veríssimo, 2014), sendo as variáveis económicas quase sempre ignoradas. Desta forma, para explorar o processo de integração de Angola na SADC, parece ser relevante abordar a dimensão geopolítica e a geoestratégica com a dimensão geoeconómica.

A escolha e a justificação desta investigação prendem-se exactamente com este facto. Mais especificamente, relaciona-se, em primeiro lugar, com a ausência de estudos que combinam as dinâmicas geopolíticas e geoeconómicas no processo de integração na SADC, constituindo por isso um grande desafio e incentivo à realização do trabalho. Em segundo, com o profundo desejo pessoal e profissional de compreender os marcos das relações económicas dos países da SADC, com particularidade para Angola, no âmbito dos seus interesses estratégicos. Em terceiro e por último, com a intenção de poder contribuir para preencher a lacuna nos estudos sobre o processo de integração, pois a sua maioria estão excessivamente voltados para as questões de defesa e segurança. Pretende-se assim dissertar sobre o processo de integração regional de Angola, realçando-se a posição e as estratégias políticas e económicas no domínio da maximização da sua esfera de influência na região austral do continente.

O presente estudo delimitou-se temporalmente aos anos compreendidos entre 2004 e 2014, pelas implicações económicas que ocorreram em Angola depois do final da guerra em 2002. Mais especificamente, a agenda política até 2002 foi determinada pelos factores securitários, sendo, a partir de 2004, a questão da reconstrução nacional que a determinou. Um facto que sublinha a importância em se analisar o envolvimento de Angola na SADC durante o período pós-guerra.

Problemática

O processo de integração na África Austral está mais orientado para factores de natureza político-securitários, registando fracas relações no domínio económico. Isto, tanto no âmbito da SADC, como das relações bilaterais, com algumas excepções como é por exemplo o caso sul-africano. Apesar das potencialidades económicas, o processo de integração de Angola na SADC tem sido orientado para um alargamento da influência política, registando-se o inverso no domínio económico. Face a esta realidade, parece

relevante questionar não só a falta de incremento das relações económicas, mas sobretudo as estratégias de Angola neste domínio no seu processo de integração na SADC.

Pergunta de Partida e Objectivos

- Qual é a funcionalidade operativa da SADC no quadro da optimização dos interesses nacionais estratégicos de Angola?

A partir desta questão, pode ser formulada uma outra:

- Como é que Angola procura maximizar a sua esfera de influência no domínio político e económico na SADC?

Como mencionado, o objectivo principal desta pesquisa é o de analisar as dinâmicas geopolíticas e geoeconómicas no processo de integração de Angola na SADC. Ou seja, explicar as articulações dos factores geoestratégicos com os factores geoeconómicos na integração de Angola na SADC. Mais especificamente, os objectivos do estudo visam:

- analisar o processo da integração de Angola na SADC;
- explicar o grau de relacionamento político e económico entre os países da SADC.

Metodologia do Trabalho

A investigação recorre à metodologia qualitativa para analisar e descrever o fenómeno observado. Parte de uma combinação de fontes documentais, bibliográficas e de dados estatísticos relevantes para ajudar a compreender o processo de integração de Angola na SADC. Essa percepção da metodologia qualitativa não está longe da perspectiva da dos Estudos Estratégicos como área que incorpora a Ciência Política, as Relações Internacionais e demais Ciências Sociais (Romana, 2006; 2016). A metodologia qualitativa engloba, na perspectiva de Sousa Lara, o conjunto de métodos que “confiam numa descrição racional, o mais preciso possível”. Descrevendo-a, o mesmo autor, como o conjunto de “métodos de análise crítica essencial” que valoriza “os aspectos significativos e simbólicos dos fenómenos” (2013:126;155).

Fontes de investigação e tratamento dos dados

Para melhor compreender e analisar o objecto de investigação, combinaram-se as fontes de informação documental e bibliográfica, ou literatura crítica. A primeira abrange, na explicação de Adriano Moreira, a documentação indirecta, “não emitidos por intervenientes no processo de decisão”, e a documentação directa, “emitidos por intervenientes de decisão” (2003:25-26). Distinguem-se nas fontes documentais deste estudo, os documentos oficiais escritos (relatórios, actas de reuniões, comunicados de imprensa e muitos outros) e oficiais não escritos (registos de áudio e vídeo de actividades oficiais). Bem como, os documentos não oficiais escritos (jornais, revistas e outro tipo de informação escrita) e não oficiais não escritos (entrevistas, documentários e outros registos não oficiais em áudio e vídeo). Com as fontes de informação bibliográfica ou literatura crítica, procurou-se explorar as obras produzidas sobre a SADC e Angola na região, desde o processo de integração regional na África Austral (teses de doutoramento, dissertações de mestrado, livros e artigos em revistas científicas).

Para o tratamento de dados recorreu-se à análise de texto, que permitiu a selecção e interpretação da informação recolhida nos limites da realidade que se pretende passar e para interpretar as potencialidades e as vulnerabilidades dos dados recolhidos sobre o processo de integração de Angola.

Esta pesquisa organiza-se em torno de três capítulos, para além da introdução e da conclusão. O primeiro, Abordagem Teórica, procura apresentar os principais conceitos e teorias associadas aos processos de integração e às dinâmicas geopolíticas e geoeconómicas. O segundo, Caracterização da África Austral e da SADC, descreve a natureza histórico-geográfica, política e económico-social da região austral, e a evolução da SADC. O terceiro capítulo, Angola na SADC: Dinâmicas Geoestratégicas e Geoeconómicas, constitui a parte empírica do trabalho. É aqui que se analisam e descrevem os factores geopolíticos e geoeconómicos de Angola e se indicam as suas potencialidades e vulnerabilidade no quadro da SADC.

Capítulo – I: Abordagem Teórica

Os estudos estratégicos englobam elementos da Ciência Política e das Relações Internacionais, e no trabalho explorará as diversas teorias das mesmas que se enquadram nos Estudos Estratégicos e que permitem explicar o objecto de investigação. Assim, na linha do Professor Heitor Romana, procura-se adoptar a análise geopolítica, explorando em primeiro lugar, a cultura geopolítica “o conjunto de práticas que caracterizam a identidade, a posição e o papel de um Estado num sistema de Estados”; em segundo lugar, a imaginação geopolítica, ou seja, o conjunto de imagens, conceptualizações e discursos que são prevalentes na sociedade e no contexto geopolítico em que o Estado está inserido; em terceiro lugar, o discurso geopolítico, o conjunto de articulações e codificações narrativas que estruturam uma cultura geopolítica (2012:22-23).

Todavia, parece fundamental incluir também a percepção dos quadrantes conjuntura e contexto que se interseccionam com as variáveis do *chronos* ‘tempo’ e dos *topos espaço*” (2012:23-24). E tratando-se de uma investigação situada num espaço político-geográfico concreto – Angola na região da SADC, a parte austral do continente africano – pode-se recorrer também a uma análise de constelação (Romana, 2006) e explorar as seguintes dimensões:

- Modelo de estruturação e decisão;
- A percepção construída pelos actores;
- Os interesses dos Estados-membros e as relações de poder internamente;
- As normas que orientam as práticas e as acções dos membros e a
- A cooperação e conflito entre os actores (Dougherty e Pfaltzgraff Jr., 2001:102-103).

Do mesmo modo, a abordagem teórica tem de situar o estado da arte e o quadro teórica que suporta a presente dissertação, definindo os conceitos teóricos-chaves e discutindo as principais teorias no domínio da integração regional.

1.1. O Estado da Arte

Há uma variedade de estudos sobre o processo de integração, principalmente sobre o processo de construção europeia, incidindo sobre aspectos políticos e securitários, económicos e sociais. Neste âmbito, pode-se destacar os trabalhos desenvolvidos no ISCSP (Costa, 2004; Maltez, 2009; Costa, Ferreira, Pereira e Soares, 2009;) que procuram abarcar fenómeno da regionalização nas suas mais diversas arenas. Por exemplo, foi organizado por um conjunto de professores do ISCSP, em 2009 uma obra intitulada “A União Europeia como Actor Global – Dimensões Económicas e Normativas da Política Externa Europeia” que aborda um conjunto de temáticas relacionadas com às relações externas europeias, nos seus aspectos económicos e normativos. Os cinco capítulos do livro abordam o projecto da integração europeia, a política de vizinhança europeia, o alargamento da União Europeia, a política externa e finalmente, a dimensão económica das relações externas da União Europeia (2009:8-9).

Para além desta obra, destacam-se ainda dois trabalhos que abordam os processos de integração. Em primeiro lugar, a obra da Professora Carla Costa “Temas de Relações Económicas Internacionais”, publicada em 2010, que aborda as principais temáticas das relações económicas internacionais, com realce para as perspectivas teóricas e evolutivas do comércio internacional, do investimento internacional, das relações monetárias e do sistema internacional e particularmente a integração económica. No capítulo dedicado à esta temática, discute-se com profundidade as bases teóricas da integração económica, no âmbito dos acordos regionais de comércio, abordando-se os principais conceitos e etapas da integração económica, bem como algumas das questões actuais do processo de integração económica mundiais.

Em segundo lugar, o trabalho do Professor Nuno Canas Mendes (1997), intitulado “Segurança e Desenvolvimento Económico na Região Ásia-Pacífico” que faz uma análise sobre o modelo de integração nesta região e a preponderância da dimensão do desenvolvimento pelos actores envolvidos. Aqui analisa-se também profundamente o conceito de integração e apresenta-se as perspectivas e hipóteses da integração económica na região. A questão da hegemonia e da concertação de interesses comuns é profundamente discutida, destacando-se uma análise dos principais actores da região, com realce para o Japão e a China. Neste sentido, a discussão estende-se para a APEC,

incidindo sobre os objectivos implicitamente definidos, a estrutura institucional e as principais dificuldades de aprofundamento deste fórum informal e consultivo.

Mas, apesar da importância crucial que estes trabalhos possuem para a análise e discussão das principais perspectivas teóricas dos processos de integração, eles incidem particularmente sobre a realidade europeia e da asiática-pacífica e, não abordam diretamente a realidade do continente africano. Por isso, uma análise sobre os trabalhos desenvolvidos sobre África, principalmente África Subsaariana é indispensável para compreender o que tem sido feito, do ponto de vista académico-científico sobre essa matéria.

Os estudos sobre a regionalização no continente africano têm crescido bastante a partir de contributos de escolas e autores diversos (Söderbaum, 2005; Grugel & Hout, 1999; Bach, 1999; Buzan, 2003) que procuram examinar a cooperação entre os países do continente nos mais diversos domínios. No que se refere à África Austral, a literatura científica tem sido privilegiada nas últimas décadas com uma vastíssima contribuição, a partir de estudos diversos sobre a regionalização nas suas diferentes arenas, destacando-se um conjunto de livros, artigos científicos, teses, dissertações e monografias, que procuram compreender o processo e as dinâmicas dos actores no contexto das regiões.

Assim, a revisão da literatura sobre a regionalização na África Austral permite destacar alguns trabalhos publicados nas últimas duas décadas, sobretudo a obra de Poku (2001) intitulada *Regionalization and security in Southern Africa*, que procura analisar criticamente a discussão sobre o processo de regionalização na África Austral, partindo do argumento de que a região está voltada para o liberalismo económico e uma maior abertura na integração regional.

Há ainda a obra de Söderbaum (2004) intitulada *The political economy of regionalism: The case of Southern Africa* que constitui um estudo profundo sobre o processo de construção da SADC e uma análise sobre os actores, parcerias e as redes formais e informais nesta região. Para além dessa questão, a obra contrapõe a perspectiva centrada num subdesenvolvimento da região a partir da hegemonia sul-africana e propõe um modelo abrangente e multidimensional do regionalismo contemporâneo na África Austral, procurando abarcar o contexto histórico e as múltiplas relações entre Estado-mercado-sociedade (2004:2).

Refere-se ainda o trabalho de Sören Scholvin (2014) intitulado *The geopolitics of regional power: Geography, economics and politics in Southern Africa*, que parece relevante porque constitui uma análise teórica e empírica da geografia económica e política na SADC e da estratégia da África do Sul enquanto potência da região. Nesse trabalho, o autor procura desenvolver uma perspectiva de análise geopolítica realista das potências regionais, tendo como objectivo explicar a influência dos factores geográficos na economia e na política das referidas potências. A partir do caso sul-africano, o estudo conclui que a geografia influencia os factores políticos e económicos na sua hegemonia regional e até mesmo continental.

Para além destas e outras obras publicadas sobre a regionalização na África Austral, há que referir aqui o estudo de Opara Opimba (2009) intitulado *L'impact de la dynamique de l'intégration regional sur les pays de la SADC: une analyse theorique et empirique*. Trata-se da tese de doutoramento do autor que procura fazer uma análise teórica e empírica do impacto das dinâmicas de integração regional nos países da SADC, exceptuando-se Angola, RDC, Madagáscar e Maurícias, partindo do argumento de que com a presença da África do Sul, a SADC transforma-se não só num bloco económico, mas também numa oportunidade de descolonização e reajustamento estratégico.

Outros artigos sobre a temática regional foram igualmente publicados, como de Saurombe (2012) “The role of institution in implemeting SADC treaty provisions dealing with regional integration,” que aborda o papel que as instituições desempenham na materialização dos tratados, ou seja, como as comissões garantem a aplicação dos acordos da SADC. Regista-se ainda o artigo de Chingono e Nakana (2009), “The challenges of regional integration in Southern Africa”, que analisa os desafios da regionalização na África Austral a partir de um exame das contradições do processo de integração, com base numa leitura crítica dos actores e factores de indução e inibição da SADC.

Contudo, numa perspectiva diferente, encontra-se o estudo de Soko (2007), que se intitula “The political economy of regional integration in Southern Africa”, que procura examinar as políticas económicas no processo de integração regional a partir dos planos de desenvolvimento económico traçados no âmbito de uma integração mais profunda. Há ainda que assinalar nesse domínio o artigo de Murapa (2002) que se enquadra nessa vertente mais económica da integração e que procura examinar o processo de construção de um mercado comum africano e a evolução político-histórica da SADC, evidenciando

os desafios e as oportunidades que se colocam no âmbito de uma integração mais profunda. E, na mesma linha, mas virado para as questões de posicionamento dos Estados-membros para as do comércio na região, sobretudo ao nível da abolição das barreiras alfandegárias e da criação do mercado comum, o estudo de Qobo (2007) intitulado “Regional integration trade and conflict in Southern Africa” procura analisar as políticas comerciais e os conflitos derivados na SADC, como por exemplo, o gradualismo e o imediatismo.

Finalmente, o trabalho de Clapham, Greg, Moner e Sidropouls (2001), “Regional integration in Southern Africa: Comparative international perspective”, trata-se de uma análise comparativa do processo de integração regional na África Austral numa perspectiva internacional. E, numa dimensão diferente, o trabalho de Gastrow (2001), “The SADC Region” que procura analisar a origem da organização e os seus desafios sobretudo no domínio da defesa e de segurança.

Esta breve descrição do estado da arte demonstra as diversas perspectivas de abordagens a que o tema tem sido sujeita, contribuindo para uma maior compreensão dos estudos sobre a temática. Contudo, a maioria desses estudos abordam a região numa dimensão mais global, privilegiando na maioria das vezes aspectos referentes às relações económicas entre os países, o papel da África do Sul na região (Prys, 2010; Draper, Halleson e Alves, 2007; Sideripoulos, 2007; Hichert, Draper e Alves, 2008), ignorando os outros actores e outras dimensões importantes como a questão estratégica, securitária e de defesa.

Portanto, numa perspectiva diferente e incidindo sobretudo na evolução recente de Angola na SADC, procura-se aqui combinar as variáveis geopolíticas e/ou geoestratégias com as geoeconómicas que permitem explorar o processo de integração de Angola. Neste quadro, procura-se contribuir para a compreensão da regionalização da África Austral, a partir de uma análise centrada num caso específico – Angola – para permitir uma comparação mais aturada com os estudos que reflectem a realidade sul-africana, numa dimensão geoestratégica e geoeconómica da afirmação dos principais actores do processo de integração na SADC.

1.2. Estratégia, Segurança e Interligação de Conceitos

O termo estratégia, etimologicamente do grego ‘*strategia*’, “a arte do general” (Garcia, 2010) foi sempre usado no contexto militar, relacionando-se “com a melhor forma de articular e aplicar os meios militares para se alcançar a vitória na guerra” (Couto, 1988:211). Vários conceitos se enquadram neste domínio, como os casos de Clausewitz, que define a estratégia como a utilização do recontro para atingir a finalidade da guerra” (apud Garcia, 2010:120); de Mokte, que concebe a estratégia como “a adaptação prática dos meios postos à disposição dos generais para alcançar os fins da guerra”, ou de Maurice, que a define como “a arte de empregar o potencial nacional para conseguir os fins da guerra” (apud Couto, 1988:196).

Mas, depois da IIª guerra mundial, o termo entrou noutros domínios do conhecimento científico, primeiramente na linguagem dos negócios quando os militares começaram a discutir a possibilidade de aplicação dos seus princípios à actividade empresarial (Ribeiro, 2010). E posteriormente, como afirma o Prof. Heitor Romana, “o pós-Guerra Fria traz à área dos Estudos Estratégicos um *approach* alargado sobre o campo de acção da Estratégia, libertando-a dos Estudos Militares. Em simultâneo assistimos a uma crescente ligação entre os Estudos Estratégicos e os Estudos de Segurança” (2016:35). Assim, o conceito de Estratégia ultrapassou o contexto militar, como pode se observar nas definições que se seguem: Hart concebe a Grande Estratégia como a “arte de coordenar e dirigir todos os recursos de uma nação ou de um grupo de nações, para a consecução do objecto político visado com a guerra, e que é definido pela política (apud Garcia, 2010:196); Já Beaufre entende que a estratégia consiste “na arte de empregar a força ou a coacção para atingir os fins fixados pela política” (2004:35); Gray a define como “o uso da força ou ameaça do uso da força para alcançar os objectivos políticos” (apud Garcia, 2010:122).

A Estratégia, neste âmbito, pode ser definida como “a ciência e a arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação a fim de se atingirem objectivos políticos que suscitem, ou podem suscitar, a hostilidade de uma outra vontade política” (Couto, 1988:209). Essa visão é partilhada pelo Professor Silva Ribeiro, que considera que a estratégia “é a ciência e a arte de edificar, dispor e empregar meios de coacção num dado meio e tempo, para se materializarem objectivos fixados pela política, superando problemas e explorando eventualidades em ambiente de

desacordo” (2010:22). E, neste sentido, o referido Professor considera que o conceito é composto por alguns componentes, sendo o primeiro a ciência, uma ciência porque se compõe de um objecto preciso, susceptível de investigação e análise, com recurso a ferramentas teóricas e a práticas independentes, ciclicamente transformadas pela actividade intelectual” (2010:22). Mas também, por um método de investigação e análise que explica convenientemente os fenómenos estratégicos” (2010:22); O segundo componente é constituído pela arte, da decisão; Finalmente, o terceiro componente é formado pela Estratégia como processo de decisão e de acção do Estado nas relações internacionais, ou seja, alcançar ou obter e preservar ou garantir, com recurso ao poder nacional, finalidades colectivas identificadas com precisão e designadas por objectivos nacionais (2010:40-41).

Contudo, os estudos estratégicos são interdisciplinares (Mahnken e Maiolo, 2008) e abarcam várias disciplinas académicas, com destaque para a Geografia, História, Economia, Ciência Política, Antropologia, etc. A este respeito, considera-se que “a delimitação epistemológica e científica dos Estudos Estratégicos tem merecido por parte da comunidade académica uma ampla reflexão para a qual são convocadas a Ciência Política e as Relações Internacionais” (Romana, 2016:35). Para além disso, argumenta-se que:

Os Estudos Estratégicos ganham visibilidade num contexto em que o conceito de interdependência complexa, cunhado por Joseph Nye, dá lugar no presente a uma interdependência das vulnerabilidades, a qual impõe a emergência de uma interdependência da segurança. A intercepção destas três interdependências e a necessária valorização da variável segurança convoca o contributo metodológico e analítico dos instrumentos teórico-empíricos que municiam o saber da Estratégia (2016:35).

O conceito de segurança passou a ser fundamental na Teoria da Estratégia ou nos Estudos Estratégicos, ou como afirma o Prof. Heitor Romana “Barry Buzan e Ole Waever trazem para o seio dos Estudos Estratégicos, a questão da segurança numa perspectiva holística (2016). Neste contexto, a Estratégia enquanto definida no âmbito do desenvolvimento e da utilização de forças morais e materiais, ou da disposição e do emprego de meios de coacção, para se alcançar objectivos fixados pela política num

ambiente de desacordo, conforme os conceitos de Couto (1988) e Ribeiro (2010), supõe também quase sempre uma finalidade de segurança face ao ambiente que se encontra.

Mas o conceito de segurança é “complexo, *já* que envolve um conjunto intricado de termos, conteúdos, etc., que tendem à gerar maiores dificuldades na sua abordagem, mas também polissêmico, *já* que o termo é usado nas mais diversas acepções (Sango, 2017:3) e, sendo por isso bastante discutível nos textos que abordam a temática. Ainda assim, o conceito de segurança implica quase sempre “a ideia de estado, de condição em que uma pessoa, um Estado ou qualquer outra organização se encontra livre de ameaças e riscos, a ideia de liberdade face ao perigo, riscos ou outras quaisquer ameaças” (Sango, 2017:4). Porém, o Estado possui uma dimensão central no conceito de segurança (Brandão, 2004; Sango, 2013) e, neste sentido, “a guerra e a paz estão nas suas mãos (...) as questões de segurança são consideradas temas de *highpolitics*, dominando a agenda nacional e internacional. Na arena internacional, a luta coloca os Estados uns contra os outros (Brandão, 2004:38).

Apesar do conceito de segurança estar presente em diversas abordagens teóricas, aquelas que sublinham a interdependência nas relações internacionais (Brandão, 2004) parecem mais adequadas para a questão da segurança nos Estudos Estratégicos, ou como observou anteriormente o Prof. Heitor Romana, a “interdependência complexa” deu lugar à uma “interdependência das vulnerabilidades”, emergindo uma “interdependência da segurança”. Assim, o conceito de segurança comum espelha essa perspectiva de interdependência da segurança dos Estados, já que, “A segurança para perdurar exige uma segurança partilhada por todos e alcançada através da cooperação de todos, com base nos princípios de equidade, justiça e reciprocidade” (Cardoso; 2004:19;44).

Contudo, o conceito de segurança não se limita hoje à dimensão estatal, Como argumenta o Prof. André Sango, “o conceito ultrapassa hoje a esfera estatal e abrange os indivíduos e as comunidades, ou conforme o conceito de segurança humana, as ameaças e vulnerabilidades das pessoas e das comunidades” (2017:3-4). Aqui observa-se “a identificação entre segurança do Estado e segurança dos cidadãos” (Brandão; 2004:34), pois, a segurança humana assenta na “centralidade da pessoa humana; na universalidade, transnacionalidade e diversidade dos riscos; na interdependência das componentes da segurança (Brandão, 2004:50).

1.3. Teorias da Integração e Integração Regional

Há uma diversidade de teorias da integração mas o destaque recai aqui para para as perspectivas teóricas e políticas. As perspectivas teóricas centradas nas abordagens económicas, enfatizam os mecanismos que explicam as barreiras comerciais, definição das tarifas externas comuns e da mobilidade do capital e do trabalho. A primeira abordagem nesse domínio é o neo-institucionalismo, que afirma que “as instituições internacionais e regionais são estabelecidas para ultrapassar as falhas de mercado, resolver problemas de coordenação e/ou eliminar outros obstáculos da cooperação” (Gilpin, 2001:345), ou seja, as instituições existem para reduzir o grau de incerteza e criar incentivos políticos, económicos e sociais para os actores agirem (North, 2003:1). A segunda abordagem teórica é a nova política económica, que enfatiza o papel dos grupos de interesse político e as consequências distributivas do regionalismo económico, assumindo que tais acordos regionais de comércio, como as uniões comerciais e os acordos de comércio livre, possuem consequências distributivas significativas que usualmente provocam danos aos não-membros. (Gilpin, 2001:345). A terceira e última abordagem é a teoria marxista que explica o processo de integração regional, como resultado dos “esforços da classe capitalista transnacional para aumentar a escala da acumulação do capital” (Gilpin, 2001:346).

As abordagens económicas dos processos de integração revelam-se insuficientes para explicar as dinâmicas regionais, omitem certas motivações estratégicas e políticas importantes no movimento integracionista. Para além disso assumem que as decisões políticas servem apenas para criar grandes entidades económicas e que análise económica deve-se resumir apenas às consequências do bem-estar daquela decisão, não considerando por exemplo securitários, indispensáveis para os processos de integração no mundo contemporâneo pelo contrário, as teorias políticas dos processos de integração enfatizam “as soluções institucionais aos problemas da guerra e da instabilidade internacional, focando-se igualmente na ideia do federalismo e da integração política global” (Gilpin, 2001:348).

A primeira teoria política é o federalismo, centrada na ideia da federação de países como forma de integrar as suas economias e forjar interesses políticos regionais. Mas observa o Professor Adelino Maltez, “o discurso dos federalistas e regionalistas pode ser

utilizado apenas por aqueles que querem destruir os centros políticos existentes para que, sob tais fragmentação se produza uma nova e mais grave centralização” (2014:307). A segunda teoria é a funcionalista/neofuncionalista e argumenta que “o desenvolvimento económico, tecnológico e outros, durante o último século, conduziu as pessoas e os países para uma economia pacífica e uma integração política, tanto ao nível regional e global” (Gilpin, 2001:348). Aliás, conforme argumenta David Mitrany (1966), um mundo integrado económica e tecnologicamente deu origem a muitos problemas complexos no domínio tecnológico que os Estados competindo uns com os outros teriam dificuldades de lidar. A teoria neofuncionalista enfatiza o papel dos grupos de interesses e partidos políticos na promoção do seu próprio interesse económico e menos nas acções para criar instituições internacionais (Gilpin, 2001:351-352).

A terceira teoria, o neoinstitucionalismo argumenta que as instituições internacionais impelem os Estados a resolver problemas da acção colectiva, promover a cooperação através da facilitação da reciprocidade e ligação para uma serie de áreas importantes (Gilpin, 2001:353). As instituições são importantes para a cooperação internacional e para garantir ganhos relativos uma vez permite a emergência da cooperação, para poder aliviar os receios de ganhos desiguais na cooperação” (Keohane & Martin, 2008:431). A quarta teoria, o intergovernamentalismo focaliza o papel da política doméstica (grupos domésticos) na distribuição das consequências da integração, onde os vencedores apoiam a integração e os perdedores opõe-se. Aliás, argumenta-se que os actores ou as estruturas domésticas influenciam fortemente as identidades da política externa e os interesses dos Estados (Panke & Risse, 2013:90).

Contudo, cada uma das teorias apresentadas revela-se insuficiente para explicar por si só o processo de integração, aliás como ficou patente ao decorrer das abordagens, sendo por isso importante combinar as vantagens de cada uma delas, para se compreender quer as motivações estratégicas dos Estados, quer o grau de estruturação e de funcionamento das organizações resultantes do movimento integracional.

Há ainda que assinalar, uma distinção teórica relacionada com os meios e/ou instrumentos do processo de integração, colocando, por um lado, a integração negativa ou passiva, que remete para “os aspectos que envolvem simplesmente a remoção da discriminação e das restrições ao movimento de bens e/ou factores, como acontece nos processos de liberalização comercial” (2010:175). Por outro, a integração positiva ou activa, que está centrada na “criação ou o desenvolvimento de novas instituições ou a

modificação das já existentes, no sentido de promover um correcto funcionamento dos mecanismos de mercado e a promoção de políticas económicas no espaço integrado” (2010:175). Neste sentido, seria relevante proceder também a distinção que propõe mais uma vez Carla Costa, entre a integração global (que se refere ao conjunto de actividades que engloba todos os sectores produtivos e de distribuição), e sectorial quando está voltada “a sectores de actividades específicas” (2010:176-177). Portanto, a integração é um processo que compreende diferentes fases ou etapas, desde a supressão unilateral dos entraves às trocas até às políticas económicas comuns e/ou à moeda única, conforme demonstrado no quadro abaixo apresentado:

Quadro nº 1: As Etapas da Integração Económica

Tipo de Bloco económico	Supressão unilateral dos entraves às trocas	Livre-trânsito com derrogações	Livre-trânsito	PEC ¹	Livre circulação de factores produtivos	Políticas económicas comuns/moeda única
<i>AP</i>						
<i>AA</i>						
<i>ZCL</i>						
<i>UA</i>						
<i>MC</i>						
<i>EU/UEM</i>						

Fonte: Costa (2010:177)

Legenda: **AP** = Acordos Preferenciais; **AA** = Acordos de Associação; **ZCL** = Zona de Comércio Livre; **UA** = União Aduaneira; **MC** = Mercado Comum; **EU/UEM** = União Económica/ União Económica e Monetária.

Relativamente à integração regional, é fundamental esclarecer-se que o movimento integracionista não é novo, data das décadas de 50/60, com os acordos no domínio do comércio e de outras áreas económicas na Europa (Gilpin, 2001). A integração internacional, de acordo com Ernest B. Haas, define-se como o “processo pelo qual os agentes políticos procuram transferir as suas lealdades, expectativas e actividades políticas para um centro novo e mais abrangente, cujas instituições possuem ou

¹ Pauta Externa Comum (PEC).

pretendem jurisdição sobre os preexistentes Estados nacionais” (*Apud* Moreira, 2014:495). Aqui, tal como observa Adriano Moreira, “não se trata de uma organização Prof. Adriano Moreira, “não se trata de uma organização internacional intermediária entre os Estados, mas sim de um novo processo decisório a cargo de uma instituição superior aos Estados.

Este conceito de integração, sumariamente abordado, está associado ao contexto internacional e mais concretamente à realidade europeia, não sendo propriamente adequado às realidades não europeias, sobretudo os esforços e acordos regionais que proliferaram a partir da década de 90, em África, na Ásia e na América Latina. Neste caso particular, o processo de integração é forçosamente regional, ocupando essencialmente regiões específicas dos referidos continentes, em função da adesão e do compromisso político dos países face a desafios concretos.

A integração regional, seguindo de perto Kritzinger-van Niekerk (2005:4-7), é um processo político constituído por três dimensões essenciais. A primeira, *o escopo geográfico ou a variável geométrica*, remete para o número de países envolvidos num determinado arranjo político. Tal, pressupõe que o envolvimento num determinado acordo de integração regional seja uma escolha política de qualquer país, em função das suas considerações políticas, económicas, sociais e geográficas. A segunda, *a cobertura substantiva ou a extensão do sector ou actividade*, remete para o sector ou actividade que abarca o processo de integração, seja comércio, trabalho, mobilidade, políticas macros, políticas sectoriais, etc. O que presume distinguir os bens e as actividades sub-regionais que criam custos e benefícios e que ultrapassam as fronteiras nacionais e em que, conseqüentemente, as ofertas efectivas requerem compromissos partilhados e acções colectivas. A terceira, *a profundidade da integração*, remete para *a medição do grau de soberania que um país está disposto a perder*, o que pode ser diferenciado a partir do seu processo de harmonização/coordenação ou cooperação para uma integração profunda.²

O processo de integração regional corresponde a um projecto de criação de uma organização. Ele envolve um conjunto de países que aderem a um propósito comum para, em conjunto, encontrarem soluções possíveis para problemas que ultrapassam os países

² Neste sentido, a cooperação constitui o arranjo político mais frágil e abrange o menor número de sectores ou actividades possíveis, limitando-se a questões com as quais os países estabelecem contacto. Por seu turno, a harmonização/coordenação implica um alto grau e uma maior formalização ao nível de cooperação e compromisso, ou seja, um arranjo mais fechado comparado com a simples cooperação.

individualmente e que nalguns casos põem em causa a sobrevivência do Estado. Tal, nem sempre implica que haja um alto nível de compromisso ou de formalização, pois os países podem apenas aderir ao projecto comum para conciliar interesses e agir em conjunto face a uma situação específica, ou aumentarem o nível de compromisso e de formalização sem pôr em causa a sua soberania, como acontece com os principais processos de integração regional no mundo em desenvolvimento.³

As diversas formas que os processos de integração podem assumir, ilustram não só os diferentes arranjos institucionais, mas também a orientação do próprio processo, falando-se em integração política e integração económica.⁴ Esta divisão parece útil para diferenciar a dimensão ou o segmento predominante no processo de integração, sobretudo em realidades como a da África Subsariana, onde o movimento tendente à regionalização foi definido como uma resposta aos ‘dilemas securitários’ (Buzan, 2003; Hugon, 2015). A integração política corresponde a um processo que se caracteriza pela “transferência de soberania ou partes dela, a *definição* de objectivos de prevenção de conflitos e estratégias para ultrapassar rivalidades e antagonismos políticos” (Hugon, 2015:311).

Por seu turno, a integração económica, compreende “o processo voluntário de crescente interdependência de economias separadas e a sua fusão em regiões mais extensas que as correspondentes às fronteiras nacionais dos países cujas economias se pretendem integrar” (Costa, 2010:173).

A integração económica enfatiza “a convergência de interesses económicos; a coordenação das políticas económicas ou sociais; a transferência de soberanias munidas de estruturas institucionais”. Tal implica a intensificação dos movimentos comerciais, com supressão dos obstáculos internos, zona de comércio livre, *uma* tarifa externa comum, união aduaneira, *a* mobilidade dos factores, mercado comum (Hugon, 2015:311-312, grifo nosso).

³ Pode-se citar os exemplos da NAFTA na América do Norte ou da ASEAN no Pacífico, ainda que partilhem o interesse em criar uma zona de comércio livre.

⁴ Ainda que uma divisão deste tipo pareça muito discutível, na medida em que uma mesma organização pode fazer coincidir o segmento político e o económico, tal como a União Europeia.

1.1. Factores geopolíticas, geoestratégicas e geoeconómicas

A geopolítica, uma componente da Geografia Humana que combina lugares, espaços e políticas na gestão desses elementos (Flint, 2006), oferece uma *grande imagem* e uma maneira de relacionar as dinâmicas locais e regionais ao sistema global como um todo (Tuathail, Dalby & Routledge, 2003). Para Gallois, a geopolítica é “o estudo das relações que existem entre a conduta de uma política de poder no plano internacional e o quadro geográfico em que se exerce” (*Apud* Martins, 1996:24). Este é um conceito restrito, já que apenas considera as relações de poder no plano internacional (Martins, 1996), contrastando com o conceito abrangente de Yves Lacoste. Este autor define a geopolítica como “as rivalidades de poder sobre os territórios e os homens que o fazem parte, nas suas confrontações de forças políticas”. Considerando-a como sendo o “estudo das relações de força entre o homem, como actor de seu destino, o espaço e o território onde habita” (*Apud* Lorot, 2001:45).

Já a geoestratégia, encontra-se associada à geopolítica e pode ser vista, nas perspectivas de Pierre Célérier e de Jacques Sopelsa, como sendo “o estudo das relações entre os problemas estratégicos e os factores geográficos” (*Apud* Martins, 1996:35). Um conceito próximo é apresentado pelo Instituto de Altos Estudos Militares, ao definir geoestratégia como “o estudo das constantes e variáveis do espaço acessível ao homem que, ao objectivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego, ou ameaça de emprego de formas de coacção, projecta o conhecimento geográfico na actividade estratégica” (*Apud* Dias, 2010:64). Trata-se, neste sentido, de uma abordagem que enfatiza variáveis geográficas na aplicação de uma estratégia, ou seja, na “concretização de objectivos políticos *que implicam* o emprego ou ameaça de emprego de coacção, numa ou em todas as suas formas” (Dias, 2010:64, *itálico nosso*).

A geoeconomia, por sua vez, é, segundo Edward Luttwak, a “adição da lógica do conflito com os métodos de comércio a lógica da guerra na gramática do comércio” (1990:18). Já para Pascal Lorot ela é a:

Análise de estratégias de ordem económica no entanto de carácter comercial, decididas pelos Estados no quadro de políticas que visam proteger suas economias nacionais ou certos lados bem identificados desta economia, visando aquisição do domínio de tecnologias chaves e/ou a conquista de certos segmentos do mercado mundial relativos à produção ou comercialização de

um produto ou uma gama de produtos sensíveis, naquilo que o seu controlo confere ao seu detentor, Estado ou Empresa ‘nacional’, como um elemento de poderio e de visibilidade internacional e concorrente ao reforço de seu potencial económico e social (2001:46).

A diminuição da confrontação militar na arena internacional no mundo pós-Guerra Fria, enfraqueceu o poder militar e reforçou o papel da economia, sendo que os métodos de comércio substituíram os métodos militares (Lutwak, 1990:17). Sobre esta questão ver também Caputo Menezes (Goeconomia 2016:4-6)

É neste sentido que, como observa Lorot (2001), por um lado e de uma forma global, a abertura das fronteiras e a liberalização das trocas favoreceram o aparecimento de empresas internacionais dotadas de estratégias verdadeiramente planetárias. Por outro, os Estados engajaram-se a promoverem as suas empresas nacionais numa política de conquista de mercados externos e de controlo de sectores de actividade considerados estratégicos (2001:43).

Como se pode ver, “os Estados como entidades espaciais estruturadas para zelosamente delimitar seus próprios territórios não desapareceram, apenas passaram a orientar-se em direcção à goeconomia para compensar seus papéis geopolíticos em decomposição” (Lutwak, 1990:18). Tendo mudado apenas a sua natureza e os seus instrumentos, o foco agora é o de conquistar ou preservar uma posição cobiçada no seio da economia mundial (Lutwak, 1994:40-41). Portanto, é o Estado que determina as disposições e as posturas goeconómicas, com capacidade para identificar as ameaças, as estratégias defensivas ou ofensivas e os meios a serem utilizados (Lorot, 2001; Baru, 2012).

A geopolítica continua a ser importante, aliás, como afirma Sousa Lara, o regresso da geopolítica deve ser visto como a melhor ferramenta analítica para perceber e prever as grandes constantes da História e definir algumas das sua linhas de força que dão consistência ao aparente caos babilónico das relações internacionais da actualidade (2013:20).

O processo de integração regional remete para uma ideia de criação de uma organização que procura atender os objectivos e as metas traçadas pelos Estados-membros. Isto, em função das vulnerabilidades e potencialidades identificadas, com vista a gerar resultados das expectativas face aos problemas e desafios comuns. Apesar de se

registar a criação de um novo centro político, ela permanece ligado aos Estados-membros, pois as decisões ou deliberações dependem do consenso encontrado entre os interesses das referidas partes.

Assim, os objectivos de integração variam entre a componente política - a conquista e/ou manutenção da paz e de estabilidade regional ou continental e o aumento do potencial político na balança internacional dos poderes - e a componente económica, mediante a optimização das capacidades económicas, comerciais e do desenvolvimento industrial. O alcance destes objectivos requer que os Estados definam estratégias de actuação para maximizar a sua esfera de influência, explorando os factores geoestratégicos e geoeconómicos.

Os factores geopolíticos/geoestratégicos e em certo sentido, geoeconómicos correspondem, na perspectiva do Instituto de Altos Estudos Militares, ao “conjunto de agentes, elementos, condições ou causas de natureza geográfica, susceptíveis de serem operados no levantamento de hipóteses para a construção de modelos dinâmicos de interpretação da realidade, enquanto perspectivação consistente de apoio à Política e à Estratégia” (*Apud* Dias, 2010:55).

Quadro nº 2: Factores geopolíticos/geoestratégicos e geoeconómicos

	Factores geopolíticos/geoestratégicos	Factores geoeconómicos
Factor Físico	- Localização, extensão territorial e configuração geográfica; - Morfologia, Solo e Clima.	- Configuração do mercado
Factor Humano	- Demográfico (Distribuição/densidade; Taxa de crescimento; Composição populacional); - Etnográfico (Qualidade de vida)	- Qualidade dos recursos humanos; - Capacidades de consumo (poder de compra)
Factores Recursos Naturais e Tecnológicos	- Energético; - Minerais; - Alimentares.	- Tecnologia - Industrialização
Factor Circulação Estruturas	- Comunicações de transporte e de relação; - Estruturas políticas e militares.	- Estruturas económicas (Portos, aeroportos, ferrovias, rodovias)

Fonte: Adaptado de Dias (2010)

Os factores geopolíticos/geoestratégicos e geoeconómicos são fundamentais para avaliar as potencialidades e as vulnerabilidades dos Estados, mas também as oportunidades e desafios, no âmbito do aumento da sua esfera de influência. No processo de integração, os Estados procuram obter ganhos políticos e económicos. A figura a seguir procura estabelecer relação entre os factores geopolíticos, geoestratégicos e geoeconómicos e o processo de integração regional (político, económico e securitário) e, neste contexto, a maximização da esfera de influência (aumentar os ganhos ou reduzir as perdas)



Figura nº 1: Resultados do Processo de integração e das dinâmicas geoestratégicas e geoeconómicas.

Fonte: Elaboração do autor.

Capítulo – II: Caracterização da África Austral e da SADC

2.1. Caracterização geográfica e histórica

Do ponto de vista geográfico a África Austral corresponde à região meridional do continente africano. Os seus limites geográficos são: a norte a República Democrática do Congo (RDC) e Angola, a noroeste Namíbia e Angola, a leste Moçambique e Lesotho e a sul a África do Sul. Estes limites geográficos, no entanto, não são consensuais, havendo descrições geográficas desde o sul da RDC e Tanzânia a norte da região, até aos seus limites oceânicos na parte ocidental Maurícias, Comores Seychelles.

Neste sentido, a divisão geográfica da região austral do continente tem sido objecto de várias classificações, umas restritas e outras amplas, atendendo sobretudo aos limites geográficos e políticos.

Quadro nº3: África Austral: várias classificações

	Nações Unidas	Outras Organizações e outros actores	Autores/Instituições (Âmbito da SADC)
África Austral	África do Sul; Botswana; Lesotho; Namíbia; Swazilândia	África do Sul; Angola; Botswana; Lesotho; Malawi; Moçambique; Namíbia; Swazilândia; Zâmbia e Zimbabwe.	África do Sul; Angola; Botswana; Lesotho; Madagáscar; Malawi; Maurícias; Moçambique; Namíbia; RDC; Seychelles; Swazilândia; Tanzânia; Zâmbia e Zimbabwe.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de McKenna (2011) e Hugon (2015).

No âmbito da divisão da ONU, como ilustra o quadro nº3, a África Austral compreende apenas os cinco países apontados. Sendo uma visão restrita da geografia da África Austral, ela é contrariada por uma perspectiva mais ampla e que faz coincidir a região austral do continente com a da SADC, incluindo a RDC, Tanzânia e as ilhas de Madagáscar e Maurícias. Porém, esta delimitação parece exagerada ao incluir não só aqueles dois países, mas também as Ilhas Seychelles que se encontram no extremo oriental da parte sul do continente. Assim sendo, a posição intermédia é aquela que aqui melhor atende à divisão geográfica da região austral, uma vez que inclui o conjunto de

países a sul da bacia do Rio Congo, passando pelos dois oceanos e abarcando as ilhas do Sudeste (Madagáscar; Maurícias e Seychelles), conforme o mapa que se segue ilustra:

Figura nº 2: Mapa da África Austral



Fonte: <http://historiacsd.blogspot.com/2013/01/africa-pre-colonial-africa-austral.html>

Conforme o mapa mostra, a região austral do continente é banhada por dois oceanos, o Atlântico a oeste e o Índico a este, apresentando também um conjunto de rios e lagos que fazem parte da sua riqueza hidrográfica.

Figura nº 3: Maiores Rios da África Austral



Fonte: www.unocha.org

Historicamente, a região austral foi palco de diversas formas de colonização. A portuguesa que abrangia os territórios que hoje correspondem a Angola e Moçambique (Davidson e Pelissier, 2002; Bender, 2003) e cuja lógica de povoamento conduziram a um processo de escravatura e posteriormente de assimilação. A colonização inglesa, a maior da região, que contrariamente seguia uma lógica de não povoamento e abrangia os territórios que actualmente constituem: a Zâmbia (Rodésia do Norte), o Zimbabwe (Rodésia do Sul), o Malawi, os reinos do Botswana, Lesoto e Swazilândia, e a África do Sul e Namíbia, cuja colonização inicial pertenceu ao Reino da Holanda e à República da Alemanha. Já a Bélgica que colonizou a RDC, situava-se entre essas duas lógicas.

As diversas formas de gestão colonial, tiveram um impacto diferente na evolução dos países. A independência de Angola e de Moçambique (1975) resultaram da luta armada conduzida pelos movimentos de libertação (MPLA, FNLA, UNITA e FRELIMO) contra as autoridades portuguesas. A África do Sul tornou-se independente ainda antes da Segunda Guerra Mundial (1931), convertendo a Namíbia num protetorado até à sua independência em 1990. A independência das colónias inglesas, à excepção do Zimbabwe, foi pacíficas, através do governo indirecto (*indirect rule*), como foi o caso dos reinos do Botswana (1966), Lesoto (1966), Swazilândia (1968) e das repúblicas do Malawi (1964) e da Zâmbia (1964). O caso do Zimbabwe parece ser excepcional, pois o Reino Unido recusou-se a aceitar a sua independência, ajudando a legitimar o governo minoritário que declarou unilateralmente a independência em 1965 e procurou instaurar a República em 1980. Porém, a frente de combate desencadeada pela União Nacional Africana do Zimbabwe – Frente Patriótica (ZANU-PF) intensificou-se depois de 1975, com a independência de Moçambique, vindo a alcançar a independência em 1980. Já a colonização belga que se assemelha ao caso português, ao perspectivar o domínio da RDC por mais anos, foi obrigada a ceder a independência.⁵

⁵ Sobre essa questão ver Ki-Zerbo (1979).

2.2. Caracterização da Política e da Defesa

O ambiente político e de segurança começa a desenhar-se na região depois de alcançada a independência pela maioria dos países, sobretudo a das colónias portuguesas em 1975. Como defende Matusse, foi o “golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 em Portugal, em consequência direta da vitória militar, política e diplomática das forças de libertação em Moçambique, Angola e Guiné-Bissau” que criou “um novo cenário da região austral de África” (2004:58). Mesmo antes desse período, a Zâmbia e a Tanzânia, recentemente independentes, manifestaram através dos seus respectivos presidentes a preocupação face à situação política no Zimbabwe. No entanto, essa onda de solidariedade ganhou outro ímpeto depois da independência de Angola e Moçambique, abrindo mais possibilidades de ajuda coordenada aos países ainda sob o jugo colonial.

Este quadro foi fundamental para a consciência política e de defesa na região, contribuindo para a independência do Zimbabwe e da Namíbia. No primeiro caso, foi possível à ZANU-PF conduzir a luta armada que culminou com a independência do Zimbabwe em 1980, com o apoio logístico e de preparação militar da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), partido no poder em Moçambique. No segundo caso, a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) dirigiu a luta de libertação contra o regime do *apartheid* que vigorava na África do Sul com o apoio do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), partido no poder em Angola. O fim do regime do *apartheid* foi também resultado da luta desencadeada pelo Congresso Nacional Africano (ANC), com intervenção do MPLA, quer no domínio logístico e militar, quer na arena diplomática, através dos fóruns internacionais e de uma corrente de solidariedade com o povo sul-africano.

As intervenções moçambicanas e angolanas geraram uma resposta coordenada entre o regime do *apartheid* e o governo minoritário do Zimbabwe, envolvendo igualmente, sobretudo no auge da Guerra-Fria, países como os Estados Unidos da América (EUA) e a Inglaterra. O que originou uma frente contra a expansão soviético-cubana na região. Neste sentido, houve um grande e contínuo apoio à Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) como frente político-militar contra a FRELIMO, isto é, como forma de reduzir a intervenção moçambicana no Zimbabwe e criar uma alternativa ao regime socialista implantado e apoiado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Do mesmo modo, registou-se um grande investimento por

parte dos EUA, através de países como a África do Sul e ex-Zaire (actual RDC), para apoiar a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) e a Frente de Libertação de Angola (FNLA) contra o MPLA que inaugurara um regime socialista, apoiado também pela URSS.

Em consequência, registou-se uma guerra civil nos respectivos países, entre os governos gerados pela independência que instituíram regimes autoritários de partido único, MPLA em Angola e FRELIMO em Moçambique, e os movimentos rebeldes, UNITA em Angola e RENAMO em Moçambique. A guerra civil prolongou-se até à primeira metade da década de 90 em Moçambique e até aos primeiros anos de 2000 em Angola.

Porém, o sentimento de segurança e de necessidade de defesa colectiva estava inaugurado, pois desde a segunda metade da década de 60, por força dos encontros de coordenação de acção política entre os presidentes da Tanzânia e da Zâmbia, naquilo que viria a tornar-se no movimento dos Países da Linha da Frente (PLF), foi possível desenvolver uma intensa luta contra o regime do *apartheid* e contra a colonização ainda vigente em alguns países. Posteriormente, em 1977, houve uma concertação política em Lusaka (Zâmbia) entre Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia, através dos seus respectivos presidentes.⁶ O objectivo era o de elevar os esforços para a estabilidade política e económica da região austral do continente, ainda marcado pela ameaça do regime do *apartheid*, que procurava desestabilizar os países limítrofes (Munslow, Kafere, Ferf e O'Keefe, 1988), e do regime colonial ainda imperante no Zimbabwe.

Neste âmbito, a política de defesa e segurança na África Austral orientou-se para a coordenação da luta contra essa ameaça, ou seja para a abolição do regime do *apartheid* e conseqüente independência da Namíbia e para a redução da sua influência nos países limítrofes, como a Swazilândia e Lesotho. Direcção-se ainda para o reforço da capacidade dos Estados recentemente independentes, para assim diminuir a influência dos principais mentores da Guerra-Fria, sobretudo dos EUA e da Europa Ocidental.

⁶ Agostinho Neto (Angola), Samora Machel (Moçambique), Seretse Khana (Botswana), Julius Nyerere (Tanzânia) e Kenneth Kaunda (Zâmbia).

2.3. Caracterização Sócio-económica

Do ponto de vista económico, a região da África Austral apresenta alguma diversidade, com países com níveis altos de crescimento e desenvolvimento económico, como o caso sul-africano a servir como o exemplo mais acabado; países com altos níveis de crescimento económico, mas ainda nos trilhos do desenvolvimento, como o caso de Angola, em destaque, mas também das Maurícias, Moçambique, Malawi, Zâmbia e Tanzânia; países com taxas moderadas de crescimento, também ainda nos trilhos do desenvolvimento, como o exemplo do Botswana, Lesotho, Madagáscar, Namíbia e RDC; e, finalmente, países com níveis baixos de crescimento e com problemas de desenvolvimento, como a Swazilândia, Seychelles e Zimbabwe.⁷

Quadro nº 4: Países com maior e menor crescimento em África (2006-2008)

Países	Países que mais cresceram (%)	Países que menos cresceram (%)
<i>Angola</i>	17,6	
<i>Maurícias</i>	14,1	
Sudão	9,6	
Etiópia	8,5	
Libéria	8,1	
Líbia	8,1	
<i>Moçambique</i>	7,9	
R. do Congo	7,5	
<i>Malawi</i>	6,9	
<i>RDC</i>	6,4	
Costa do Marfim		1,2
Comores		1,2
<i>Swazilândia</i>		1,2
<i>Seychelles</i>		- 1
<i>Zimbabwe</i>		- 4,4

Fonte: *Economic Commission for Africa* (2008)

Numa perspectiva económica, a África do Sul destaca-se na África Austral e até mesmo no continente africano (OECD, 2002), por ser considerada a maior potência económica na região: um dos maiores produtores de ouro e diamantes do mundo, mas também com um elevado *ranking* de competitividade (WEF, 2015). O sector agrícola, sendo o milho a principal base de subsistência da população, apesar de apenas 6% das

⁷ Para uma leitura e discussão mais aprofundada sobre essa matéria, ver os Relatórios da *Economic Commission for Africa* do período em estudo, particularmente entre 2006 a 2014.

suas terras serem férteis, contribui com cerca de 5% para o PIB (OECD, 2002). A África do Sul destaca-se em África, sobretudo pelo seu nível de industrialização. A mineração ocupa um lugar importante, sendo o maior produtor mundial de platina, ouro e cromo, destacando-se também no país as indústrias de montagem de automóveis, metalurgia, máquinas, têxteis, ferro, aço, produtos químicos, fertilizantes, alimentos, e conserto de embarcações. A disciplina do país em relação à sua organização fiscal gerou resultados económicos positivos (OECD, 2002: 269-270). Aliás, o ano fiscal de 2005-2006, registou uma cifra de 418 bilhões de rands em taxas e impostos, assistindo-se à diminuição do défice nacional para 0,3%. No entanto, apesar do seu desenvolvimento económico, o país apresenta grandes diferenças entre a população de descendência europeia, mais rica, e a população de origem africana, mais pobre.

A nível de crescimento económico, a República de Angola posiciona-se a seguir à África do Sul. Apesar da guerra que devastou o país por quase 30 anos, apresenta uma das maiores taxas de crescimento mundial e um processo de reconstrução das suas infra-estruturas. Este crescimento deve-se, sobretudo, ao petróleo e outros minérios (particularmente os diamantes):⁸ com jazidas de petróleo localizadas em quase toda a extensão da sua costa marítima, torna-se num dos maiores produtores de petróleo da África Subsariana (partilhando essa posição com a Nigéria), mas também na exploração de diamantes que se encontram numa boa parte do território nacional. O país apresenta, ainda, uma grande riqueza agrícola, com solos férteis e aráveis por quase toda a sua extensão territorial. Sobressaem os produtos como o café, cana-de-açúcar, sisal, milho, óleo de palma, amendoim, batata, banana, mandioca, algodão, a borracha. Apesar destas potencialidades, a indústria é pouca desenvolvida, destacando-se a de carnes, algodão, açúcar, cerveja, cimento, madeira, fertilizantes, celulose, vidro, aço e a ligada ao petróleo e gás. Apresentando alguns problemas ao nível dos transportes ferroviários e rodoviários, apesar do processo de reconstrução em curso, possui igualmente grandes assimetrias sociais, com uma população largamente pobre.⁹

⁸ Angola possui ainda, para além de diamantes, minério de ferro, cobre, manganês, chumbo, estanho, ouro, prata e platina, etc., como será desenvolvido no capítulo II.

⁹ Ver anexo nº1 sobre a caracterização sócio-económica de outros países da região.

2.4 A SADC

2.4.1. Origem e evolução da SADC

As investigações feitas acerca da origem da SADC, mostram que o movimento dos Países da Linha da Frente (PLF) foi precursor dos ideais que levaram à criação da Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento na África Austral (SADCC) e posteriormente à sua transformação em SADC. O surgimento dos PLF está ligado aos encontros de Lusaka (Zâmbia) entre os presidentes da Tanzânia (Julius Nyerere) e da Zâmbia (Kenneth Kaunda), mais concretamente à reunião de 15 de Fevereiro de 1965, onde se procurou avaliar a crise política no Zimbabwe. Esta era uma crise que opunha a Frente Rodesiana de Ian Smith, a ZANU-PF de Robert Mugabe e a União Nacional Africana do Zimbabwe (ZAPU) de Joshua Nkomo que reivindicava a aplicação do princípio da regra da maioria defendida pela Grã-Bretanha.

Porém, a expressão ‘Linha da Frente’ só foi usada pela primeira vez em 1969 e a sua institucionalização, enquanto coligação diplomática de Estados independentes, a partir de 1976, sendo os seus primeiros países membros: Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe (Evans, 1988:1). Em 1977, juntaram-se a esta coligação de Estados os seguintes movimentos de libertação da região: Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) da Namíbia, o Congresso Nacional Africano (ANC) e o Congresso Pan Africano (PAC) da África do Sul, e o Partido Nacional Basotho (BNP) do Lesotho (Matusse, 2000:60). O objectivo primário desta coligação de Estados era a conquista da independência dos países da África Austral ainda sob domínio colonial, (Zimbabwe, sob o controlo do regime sul-africano), Namíbia. Posteriormente, a derrota do regime do *apartheid* e a sua influência nos Estados limítrofes (sobretudo Lesotho e Swazilândia).

Em Abril de 1977, em Lusaka, os presidentes Agostinho Neto (Angola), Samora Machel (Moçambique), Seretse Khana (Botswana), Julius Nyerere (Tanzânia) e Kenneth Kaunda (Zâmbia) concordaram em intensificar a luta para atingir os objectivos declarados. O que resultou na independência do Zimbabwe, com a vitória da ZANU-PF de Robert Mugabe nas eleições de 1980, aderindo ao movimento dos PLF nesse mesmo ano. Esse esforço serviu também para contrapor a estratégia sul-africana que assentava

“num plano militar e económico que tinha em vista destruir os países da região, em todas as frentes e inviabilizar a sua governação” (Matusse, 2000:60). Neste sentido, Evans explica que, desde essa altura (1980), estrategicamente existiam na África Austral dois grupos políticos, económicos e de segurança diametralmente opostos. Por um lado, a Constelação de Estados da África Austral (CONSAS) e por outro, a coligação diplomática de Estados independentes da Linha da Frente (1984:1-2).

A independência do Zimbabwe foi um ganho para os PLF, pelo facto do peso que o país representava em termos estruturais e económicos, mas também pelo isolamento cada vez maior da África do Sul e pela redução do papel e/ou da influência da CONSAS aos Estados satélites (Evans, 1984:3). Esta vitória foi também um incentivo para os PLF se engajarem no desenvolvimento sócio-económico, com vista à erradicação da pobreza dos seus países e dos povos da região. Foi assim criada nesse âmbito, a 1 de Abril de 1980 em Lusaka, a Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), cujo objectivo era tornar a região forte economicamente e livre da dependência que tinham de alguns países.

Passado pouco mais que uma década, dá-se a transformação da SADCC. Isto numa altura em que a região se encontrava livre do colonialismo e da híper-influência sul-africana, mas que ainda registava conflitos internos em alguns Estados (Angola e Moçambique). Foi precisamente na Cimeira de Windhoek, a 17 de Agosto de 1992,¹⁰ que os chefes de Estado e de Governo decidiram fazer alterações significativas no quadro da organização. Tendo começado pela mudança do nome, de SADCC para SADC, e pela alteração dos objectivos que passaram a estar virados para a promoção da paz, redução da pobreza, melhoria do nível de vida na região e para o fomento da cooperação entre os Estados-membros.

A SADCC era, porém, uma organização de cooperação e não de integração dos mercados, ou seja, os Estados-membros (...) adoptaram um mandato de desenvolvimento muito mais amplo. A SADCC envolveu-se em projectos transfronteiriços de sectores específicos” (Lourenço, 2013:28). Segundo Matusse, dois factores explicam o processo de transição do mecanismo de cooperação para o da integração regional na África Austral:

¹⁰ Já na Cimeira de Gaborone (26 de Agosto de 1990) a Namíbia, recentemente independente, tinha participado como membro.

os factores internos, relacionados com “a confiança mútua entre os Estados, a independência na Namíbia e o prenúncio da derrocada do Apartheid na África do Sul”; e os factores externos, associados “à globalização e à decisão africana de acelerar o processo de integração continental, à tomada de posição que se impunha com as transformações no leste Europeu com a derrocada da União Soviética e à queda do muro de Berlim” (2009:76).

Convém também realçar um factor preponderante na estratégia de afirmação dos Estados-membros da SADCC. Este foi a resposta assertiva de Angola à invasão sul-africana no sudeste angolano que levou à derrota o tão propalado exército da África do Sul. Este facto teve um profundo impacto na independência da Namíbia e no fim do *apartheid* na África do Sul, dois dos Estados que viriam a integrar a SADC em 1992. A organização enfrenta hoje outros desafios e conta, actualmente, com 15 países membros: Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

Enquanto durou, a SADCC teve um impacto positivo na região, uma vez que no domínio político aumentou o conhecimento entre os dirigentes e quadros da região, aumentando também assim, a confiança mútua e uma maior vontade de juntos continuarem a construir um futuro comum. Acrescentando-se, ainda, “a diversidade e regularidade de encontros entre dirigentes e quadros da região [que] ia[m] também facilitando a tomada e articulação de posições comuns na arena internacional” (Matusse, 2009:76). Já no domínio económico, os benefícios políticos, diplomáticos, económicos e sociais eram visíveis para os Estados-membros (Matusse, 2009:76).

2.4.2. Objectivos e Princípios da SADC

A SADC busca promover a auto-confiança colectiva e a formação de elos mais fortes entre os seus membros (Murapa, 2002), aspirando alcançar uma forma mais profunda e ampla de integração regional entre os Estados-membros. Os seus objectivos são:

- alcançar desenvolvimento e crescimento económico, aliviar a pobreza, aumentar o padrão e qualidade de vida dos países da África Austral e dar apoio aos socialmente desamparados, por meio da integração regional;
- desenvolver valores, sistemas e instituições políticas comuns;
- promover e defender a paz e segurança;
- promover o desenvolvimento sustentável;
- alcançar a complementaridade entre estratégias e programas nacionais e regionais;
- promover e maximizar o emprego produtivo e utilização dos recursos da região;
- alcançar o uso sustentável dos recursos naturais e a efectiva protecção do meio ambiente;
- fortalecer e consolidar as antigas afinidades históricas, sociais e culturais e os elos entre os povos da região.

Para o alcance dos referidos objectivos, o tratado requer que os Estados-membros da SADC:

- harmonizem as políticas e planos políticos e sócio-económicos dos Estados-membros;
- encorajarem os povos da região e suas instituições a tomarem iniciativas para desenvolver laços económicos, sociais e culturais em toda a região e participar plenamente na implementação de programas e projectos da SADC;
- criem instituições e mecanismos apropriados para a mobilização dos recursos necessários à implementação dos programas e projectos da SADC e suas instituições;
- desenvolver políticas que objectivem a progressiva eliminação de obstáculos à livre movimentação de capital e trabalho, bens e serviços, e dos povos da região entre os Estados-membros;
- melhorem a administração e o desempenho económico por meio da cooperação regional;
- promovam o desenvolvimento, a transmissão e o domínio da tecnologia;
- promovam a coordenação e a harmonização de relações internacionais dos Estados-membros;
- garantam entendimento, cooperação e apoio internacional e mobilizem o influxo de recursos públicos e privados na região;

- desenvolvam outras actividades que os Estados-membros decidam, em apoio a esse tratado (cf. Murapa, 2002).

A SADC, no seu processo de criação de regras, traçou os seguintes princípios:

- igualdade soberana de todos os Estados-membros;
- paz, segurança e solidariedade;
- democracia, direitos humanos e Estado de direito;
- equidade, equilíbrio e benefícios mútuos; e
- resolução pacífica das disputas ou conflitos.

2.4.3. Estrutura e Organização

As instituições e as estruturas da SADC obedecem ao seguinte formato:

Em primeiro lugar, a Cimeira dos Chefes de Estado ou de Governo, que é a instituição suprema na tomada de decisão da SADC, é responsável pela avaliação da direcção e do controlo de políticas da organização sob direcção do Presidente e coadjuvado por um vice-Presidente, sob rotatividade de um ano, que se reúne pelo menos duas vezes/ano, decide a admissão de novos membros, pode criar comités e outras instituições ou órgãos que considerar necessário;

Em segundo lugar, o Órgão da SADC sobre Política de Defesa e Segurança, que é administrado com base numa Troika, responsável pela promoção da paz e da segurança na região.¹¹ Sendo igualmente mandatado para dirigir e fornecer aos Estados-membros assuntos que ameaçam a paz, a segurança e a estabilidade. É dirigido por um Presidente e coadjuvado por um vice-Presidente, com uma rotatividade anual.

¹¹ A *troika* é utilizada apenas para as instituições executivas da organização (A Cimeira; o Órgão; Conselho; Comité Ministerial, o Comité Permanente) e é constituído pelo Presidente, o vice-Presidente, o próximo Presidente e o Presidente cessante para a grande maioria dos órgãos. Funciona como uma comissão directiva, nos intervalos das reuniões das instituições, sendo responsável pela tomada de decisão, pela facilitação da implementação das decisões e pela apresentação de direcções políticas.

Em terceiro lugar, o Conselho de Ministros é constituído por um ministro de cada um dos Estados-membros, (preferencialmente o ministro responsável pela política externa). Tem a responsabilidade de avaliar o funcionamento e o desenvolvimento, a implementação de políticas e propostas de execução de programas, o estabelecimento de Diretorias, Comités e outras instituições e órgãos, entre outros. Dirigido por um Presidente e seu coadjuvante, reúne pelo menos quatro vezes por ano;

Em quarto lugar, o Comité Sectorial de Ministros tem o papel fundamental de supervisionar e controlar as implementações da estratégia indicativa do desenvolvimento da região e as suas áreas de competência. Dirigido por um presidente e coadjuvado por um vice-presidente, reúne pelo menos uma vez por ano, deve reportar e é responsável pelo conselho;

Em quinto, o Comité Oficial é constituído por um secretário permanente de cada um dos Estados-membros e pelo Ministro da SADC que é o ponto focal. Reúne pelo menos quatro vezes por ano, sendo mais um Comité de consulta técnica do conselho;

Em sexto, o Secretariado da SADC é a principal instituição executiva, responsável pelo planeamento estratégico e pela gestão do programa da SADC na implementação das decisões da Cimeira, da Troika da Cimeira, do Órgão de Cooperação Política, Defesa e Segurança e de outros órgãos. O Secretariado trata ainda da organização e da gestão dos encontros, da representação e promoção, da coordenação e harmonização de políticas e estratégias dos Estados-membros e da monitorização e avaliação da implementação dos programas da mobilização de recursos, coordenação e harmonização de programas e projectos com parceiros de cooperação. O Secretário Executivo é o órgão que dirige o Secretariado e é responsável pelo conselho, pelas consultas e pela coordenação com os governos e outras instituições dos Estados-membros. Tem ainda a responsabilidade de cuidar da administração e do financiamento do Secretariado, preparação dos relatórios anuais e das actividades de preparação dos relatórios anuais das actividades, preparação do orçamento e da auditoria de cortes, representação diplomacia, etc;

Em sétimo, o Tribunal é o órgão que garante a interpretação correcta do Tratado e trata das disputas relacionadas com o Tratado. Deve igualmente aconselhar a Cimeira e o Conselho em matérias relacionadas com a SADC;

Em oitavo, o Comité Nacional da SADC tem a responsabilidade de fornecer contributos a nível nacional na formulação das políticas da SADC, de estratégias e programas de

acção; de coordenar e controlar, ao nível nacional, a implantação dos programas da SADC; e de iniciar projectos e propostas de questões para contribuir no desenvolvimento da estratégia indicativa do plano regional.

2.4.4. Modelo da Acção da SADC

O modelo de acção da SADC é apresentado no quadro que se segue:

Quadro nº 5: Modelo da Acção na SADC

Instituições	Quórum	Decisões	Procedimentos
Cimeira de Chefes de Estado	Dois terços	Consenso e vinculativas	Regras próprias
Órgão de cooperação de política, defesa e segurança	Dois terços	Consenso	Regras próprias (através do protocolo)
Conselho de Ministros	Dois terços	Consenso	Regras próprias
Comité Permanente Oficial	Dois terços	Consenso	Regras próprias
Secretariado		Discrecionário (atendendo às regras do tratado)	Regras próprias
Tribunal	Dois terços	Finais e vinculativas	Regras próprias
Comités Nacionais da SADC	Discrecionário (dependente de cada Governo, em respeito ao estipulado no tratado)	Discrecionário (dependente de cada Governo, em respeito ao estipulado no tratado).	Regras próprias (dependente de cada Governo, em respeito ao estipulado no tratado).

Fonte: Adaptado de SADC

Embora a SADC tenha herdado as instituições e os métodos de funcionamento da SADCC (Matusse, 2001:82), cedo iniciou um processo de reestruturação institucional:¹²

¹² Na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Maputo (Moçambique) a 17 de Agosto de 1999, foi decidido mandar “O Conselho de Ministros para apresentar uma proposta de reestruturação

A transferência das funções até então exercidas pelos Sectores de Coordenação e pelas Comissões para a sede da Organização, onde seriam incorporados nas Direcções do Comércio, Finanças e Investimentos, da Segurança Alimentar, das Infra-estruturas e Serviços e a do Desenvolvimento Humano e Social. Para manter o processo nas mãos dos Estados membros, decidiu-se a criação de Comités Nacionais da SADC, instituições onde seriam integrados os representantes dos governos, das ONGs e do sector privado” (Matusse, 2001:82-83).¹³

Esta reestruturação teve algumas implicações, ou tal como explica Renato Matusse:

Do ponto de vista logístico, a selecção e colocação dos quadros para servirem na nova estrutura da organização revelou-se morosa e onerosa. Do ponto de vista financeiro, o orçamento teve que aumentar drasticamente para atender às despesas com o pessoal do Secretariado. Os programas de desenvolvimento não passaram necessariamente a beneficiar de mais recursos; finalmente as questões de ordem política. Desde o início o Comité Integrado de Ministros, também criado pela Cimeira Extraordinária, não se apresentou como o sucessor ideal dos Comités Ministeriais.

efectiva da Organização (...) a fim de adequá-los aos novos desafios advindos da sua missão principal: integração regional, desenvolvimento, paz segurança e estabilidade” (Matusse, 2001:82).

¹³ Foi precisamente numa Cimeira extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo, realizada em Windhoek (Namíbia) a 9 de Maio de 2001, que foi aprovado o relatório do Conselho de Ministros e decidido esse pacote de transformações.

2.5. Estratégia e Modelo de Organização: Agenda Comum da SADC

A agenda comum da SADC, tal como descrito no Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RIDISP), envolve “o conjunto de princípios e valores fundamentais previstos no Artigo 5º A do Tratado da SADC, que orientam a agenda de integração da Organização” (SADC, 2004:157). Esta agenda comum, que integra as políticas e as estratégias da organização e reflecte os objectivos definidos no tratado, pode desdobrar-se numa agenda mais política ou mais económica. A primeira tem como objectivo a promoção de valores políticos comuns, a consolidação e a defesa e manutenção da democracia, da paz, da segurança e da estabilidade. A segunda, tem como objectivo o crescimento económico sustentável e equitativo e o desenvolvimento sócio-económico para diminuir ou erradicar a pobreza e melhorar a qualidade de vida.

Existe um conjunto de medidas necessárias à materialização da agenda comum. Estas vão desde a harmonização de planos políticos, sócio-económicos e outros, passando pela participação activa nos programas e projectos, até à criação de instituições apropriadas e mecanismos para a mobilização de recursos para a implementação de programas e operações da SADC e das suas instituições. Neste âmbito, encetou-se um plano de concertação entre os Estados-membros,¹⁴ tendo sido aprovada a reestruturação das instituições da SADC. Esta envolveu a agregação de 21 sectores em agrupamentos, de modo a formarem quatro direcções sediadas no Secretariado, e o estabelecimento de Comités Nacionais da SADC para coordenar os interesses dos respectivos Estados-membros (Cf. SADC, 2004). Essa reestruturação teve como objectivo facilitar a implementação de uma estratégia mais coerente e melhor coordenada para promover a eficiência e a eficácia das políticas e programas da SADC.

¹⁴ Em Março de 2001, os Chefes de Estado e de Governo da SADC reuniram-se em Cimeira Extraordinária em Windhoek na Namíbia e formularam o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional, que viria a ser adoptado e aprovado na Cimeira da SADC, de Agosto de 2003.

2.5.1. Agenda Política: Paz, Segurança, Democracia e Boa Governação

A agenda política da SADC, inscrita no espírito da sua criação, foi consignada nos seus documentos reitores (artigo 5º A do Tratado constitutivo) que definem os seus objetivos com base na:

- promoção de valores, sistemas políticos comuns e outros valores compartilhados que são transmitidos através de instituições que sejam democráticas, legítimas e eficazes;
- consolidação, defesa e manutenção da democracia, da paz, da segurança e da estabilidade;
- alcance da complementaridade entre as estratégias e os programas nacionais e regionais;
- reforço e consolidação das afinidades e laços históricos, sociais e culturais existentes entre os povos da Região;
- combate ao VIH/SIDA e outras doenças fatais e infecciosas;
- garantia de que a erradicação da pobreza seja incluída em todas as actividades e programas da SADC.

Já o Plano Estratégico Indicativo do Órgão de Cooperação em Política, Defesa e Segurança (SIPO)¹⁵ determina o ambiente político e de segurança pacífica e estável para atingir os objectivos sócio-económicos (SADC, 2004).

Como se observa, a partir dos objectivos, a paz, a segurança, a democracia e a boa governação constituem os eixos principais da agenda política. Ou conforme é referido no Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP), no âmbito dos objectivos definidos, a “SADC reconhece firmemente que o crescimento e o desenvolvimento económicos não serão concretizados em condições de intolerância política, na ausência do Estado de direito, na corrupção, em situações de conflitos civis e de guerra” (SADC, 2004:6).

¹⁵ SIPO, sigla do inglês “Strategic Indicative Plan for the Organ”.

Os objectivos das organizações que interagem com a SADC incluem, também, os eixos centrais da sua agenda política. Este é o caso da União Africana, pelos seus membros formam parte da referida organização, e das organizações envolvidas num determinado programa específico que a SADC esteja a coordenar, como por exemplo a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD). Estas duas organizações identificam como condições essenciais para se alcançar o desenvolvimento sustentável: a democracia e a governação política, a paz e a segurança, a gestão de conflitos, a reconciliação pós-conflitos, a reabilitação e a reconstrução e o combate ao tráfico ilícito de armas e materiais conexos. No contexto da SADC, a NEPAD é considerada um quadro continental credível e relevante e este RISDP é visto como uma expressão regional e um meio para se alcançarem os ideais neles contidos.

A boa governação, também parte da agenda política, constitui um pilar fundamental no processo de integração profunda, na medida em que as questões relacionadas com o rigor e a responsabilidade da gestão dos bens públicos, incluindo a transparência e a prestação de contas, fazem parte da estratégia de melhoria da gestão dos Estados-membros da SADC. Para além disso, há igualmente a questão da promoção da participação da sociedade civil, incluindo as estruturas do governo local, na edificação da comunidade tanto ao nível nacional como regional. Neste contexto, estão a ser feitos esforços para que se desenvolva um quadro que promova a participação da sociedade civil na execução das actividades da SADC.

2.5.2. Agenda Económica: Crescimento e Desenvolvimento Sócio-económico Sustentável.

A agenda económica esteve também na base da criação da sua predecessora, sobretudo quando a maioria dos Estados da região se viu confrontado com “um pano de fundo de pobreza em massa, de atraso económico e de ameaça dos países vizinhos poderosos e hostis governados por uma minoria branca, buscando a promoção do desenvolvimento económico e social, através da cooperação e integração” (SADC, 2004:1). Foi na Cimeira de Lusaka, em Abril de 1980, que se manifestou “o compromisso à prossecução de políticas que visam a libertação económica alicerçada num desenvolvimento integrado sustentado das suas economias” (SADC, 2004:2).¹⁶

Na transformação da SADCC para SADC, a dimensão económica foi determinante, uma vez que se almejava uma “promoção de uma maior cooperação e integração económicas, com vista a apoiar na abordagem dos vários factores que terão tornado difícil sustentar o crescimento e o desenvolvimento socioeconómicos” (SADC, 2004:3). Em conformidade, relevou-se a questão da transformação e reestruturação das economias dos membros da organização, pois a “pequena dimensão dos mercados individuais dos países membros, a falta de infraestruturas socioeconómicas e o elevado custo da sua garantia, bem como as suas bases de baixo rendimento, tornaram difícil atrair ou manter individualmente os níveis de investimento necessários para o seu desenvolvimento sustentado” (SADC, 2004:3).

Neste contexto, a opção recaiu sobre uma integração para o desenvolvimento que reconhecesse “as diversidades políticas e económicas dos países membros, incluindo as diferenças prevaletentes nas estruturas de produção, nos sistemas de comércio, nas riquezas existentes, nas prioridades de desenvolvimento, nas afiliações institucionais e nos mecanismos de alocação dos recursos” (SADC, 2004:3).

¹⁶ A Cimeira adoptou uma declaração, ‘Declaração de Lusaka’, intitulada “África Austral: Rumo à Libertação Económica”, e um Programa de Acção para as áreas de Transporte e Comunicações, Alimentação e Agricultura, Indústria, Desenvolvimento da Mão-de-obra e Energia.

Os objetivos consignados no Tratado constitutivo e, também na sua emenda (Artigo 5A), referentes à agenda económica, traduzem-se em:

- promover o crescimento económico e o desenvolvimento sócio-económico sustentáveis e equitativos que garantirão o alívio da pobreza com o objectivo final da sua erradicação, melhorar o padrão e a qualidade de vida dos povos da África Austral e apoiar os socialmente desfavorecidos através da integração regional;
- promover o desenvolvimento auto-sustentado na base da auto-suficiência colectiva e da interdependência entre os Estados-membros;
- promover e otimizar o emprego produtivo e a utilização de recursos da região;
- conseguir a utilização sustentável dos recursos naturais e a protecção efectiva do meio-ambiente;
- garantir que a erradicação da pobreza seja incluída em todas as actividades e programas da SADC.

A boa governação económica e organizacional constitui igualmente um pilar indispensável para um processo de integração mais profunda, abarcando a “gestão macroeconómica sólida; gestão e responsabilidade das finanças públicas transparentes; supervisão bancária e regulação financeiras de primeira classe; e as melhores e mais rigorosas práticas da governação organizacional” (SADC, 2004:1).

3.1. Angola no contexto regional e internacional

A história de Angola está repleta de acontecimentos políticos que deram azo aos confrontos e às guerras, sobretudo depois da ocupação colonial:

A guerra fez sempre parte das transformações políticas que ocorreram desde a implantação colonial portuguesa (...) a guerra colonial *entre* os três movimentos de libertação e o Estado colonial português; a guerra pós-colonial que opõe primeiramente os três movimentos de libertação entre si e posteriormente apenas o MPLA e a UNITA (Caputo Menezes, 2016:32).

Os três movimentos de libertação envolvidos em quase todo esse processo, foram criados nas décadas de 50 e 60, o MPLA em 1956, a FNLA em 1962 e a UNITA em 1966 e, lutavam contra o regime colonial português para alcançar a independência. Apesar desse objectivo político comum, os movimentos divergiam nos apoios que recebiam (Caputo Menezes, 2016). Como observa André Sango, “o MPLA detinha simpatia do bloco comunista e de países neutros marxistas”, sendo também apoiado pela Zâmbia e República do Congo. A FNLA, contou com o apoio dos EUA e do ex-Zaire, ao passo que a UNITA teve primeiramente o apoio do movimento maoista e, posteriormente dos EUA e Portugal (2002:10). Estes movimentos políticos “combatiam-se entre si, criando zonas exclusivas para combatentes de cada organização” (Sango, 2002:8), que muitas vezes coincidiam com as origens dos movimentos e das suas elites (Caputo Menezes, 2016:34). Esta oposição deu origem a confrontos político-militares que não cessaram nem com a retirada dos portugueses, nem com o Acordo de Alvor. Um acordo que estabelecia para Angola um governo de transição, prevendo a realização de eleições e a declaração de independência a 11 de Novembro de 1975.

A realidade foi ainda mais complexa do que o previsto e a independência foi declarada depois de confrontos militares entre o MPLA, a FNLA e a UNITA, tendo o primeiro movimento vencido e proclamado a independência em Luanda, a 11 de

Novembro de 1975¹⁷ e sendo posteriormente reconhecido pela grande maioria dos países (Bender, 2001; Sango, 2002; Muekalia, 2010; Wheeler e Pélissier, 2013; Caputo Menezes, 2016). A guerra continuou entre o Governo da República de Angola e a UNITA, contando ambos com o apoio e influência das duas potências da Guerra-Fria: a URSS para o Governo de Angola e os EUA para a UNITA. Houve ainda um envolvimento indirecto do Zaire e África do Sul, chegando este último país a uma tentativa de invasão do sul de Angola na década de 80, que viria a ser condenada pela Organização da União Africana (OUA) e pelo Conselho de Segurança da ONU.¹⁸

Esta foi uma guerra que se prolongou até 1991, tendo marcado o contexto regional e internacional de Angola que mantinha relações diplomáticas com quase todos os países do mundo, sobretudo com os do Bloco Socialista (URSS, Cuba, Checoslováquia, Bulgária, Roménia, etc.). Exceptuam-se aqui a África do Sul e os EUA, que apoiavam abertamente a UNITA, acrescido aos factos de os EUA não terem reconhecido o Governo da República de Angola e da África do Sul, que instituiu um regime de *apartheid*, ver Angola como uma ameaça aos seus objectivos expansionistas. O relacionamento de Angola com a RDC (ex-Zaire) era complexo, por um lado pelos antecedentes históricos arregimentados ao longo da luta de libertação (apoiava a FNLA), por outro lado, porque apoiava abertamente a UNITA.

O relacionamento de Angola com os outros países da região foi marcado pela sua integração no movimento dos PLF, que fazia oposição (CONSAS)¹⁹ liderada pela África do Sul, que procurava combater o *apartheid* e apoiar a luta pela independência de países da região ainda sob o jugo colonial. Essa integração continuou até à criação, a 1 de Abril de 1980, da Conferência para a Cooperação de Desenvolvimento da Africa Austral (SADCC), com o propósito de transformar a região do ponto de vista económico. Houveram também intervenções de países da região para a resolução do conflito. A Cimeira de Gbadolite²⁰ foi o resultado do esforço de mediação do Presidente Mobutu e de vários líderes dos países da região Austral, com o propósito de conduzir a paz em Angola.

¹⁷ A FNLA e a UNITA proclamaram em conjunto a independência no Huambo, mas houve discórdias e não houve um reconhecimento similar ao do MPLA.

¹⁸ A condenação foi feita através da Resolução do Conselho de Segurança nº 435/88.

¹⁹ *Constellation of Southern African States* (Constelação de Estados da África Austral)

²⁰ A Cimeira de Gbadolite foi realizada na RDC (Ex-Zaire), a 22 de Junho de 1989.

Posteriormente, fruto dos Acordos Tripartidos de Nova Iorque entre Angola, Cuba e África do Sul, bem como de um acordo bilateral entre Angola e Cuba, a 22 de Dezembro de 1988 (Anstee, 1997), registou-se a retirada da África do Sul na Namíbia e das tropas cubanas em Angola. Em seguida, assistiu-se ao fim do bloco socialista e consequentemente da Guerra-Fria e, com o envolvimento na mediação de potências estrangeiras, alcançou-se a 31 de Maio de 1991 o acordo de paz – Acordos de Bicesse - entre o Governo da República de Angola e a UNITA. Este acordo previa um cessar-fogo, a formação de um exército único e a realização de eleições gerais multipartidárias, que tiveram lugar a 29 e 30 de Setembro de 1992. O MPLA saiu vitorioso, embora não se tivessem realizado a segunda volta das eleições presidenciais. No entanto, os resultados, divulgados e aceites pela comunidade internacional, foram recusados pela UNITA que optou pelo regresso às armas, dando assim origem a uma nova guerra civil.

A situação político-diplomática altera-se substancialmente e produz efeitos no contexto de Angola, sobretudo a favor do Governo. Por um lado, assiste-se às transformações políticas profundas por toda região Austral, a Namíbia e África do Sul tornam-se independentes e integram a SADC. Por outro lado, os EUA reconhecem o Governo de Angola. Este ambiente altera profundamente a inserção de Angola no contexto regional e internacional, pois a UNITA vê-se isolada nos seus esforços políticos, confrontando-se com sanções internacionais e perdendo apoios ao nível internacional. Toda a política externa angolana passa pelo isolamento da UNITA e pela mobilização de apoio para pôr fim à guerra pós-eleitoral.

A tentativa de paz, com a assinatura do Protocolo de Lusaka em 1994 e posteriormente com a criação do Governo de União e Reconstrução Nacional (GURN) em 1997, não altera a estratégia de isolamento da UNITA, e a paz só tem lugar em 2002, fruto da derrota militar da UNITA, sobretudo pela morte do seu líder, e pela declaração do cessar-fogo por parte do Governo angolano. A partir desta altura, dá-se uma viragem na política externa do país, com os esforços diplomáticos dirigidos para a realização de uma conferência de doadores para o processo de reconstrução nacional. Portanto, o longo período de guerra, muitas vezes intercalada por períodos curtos de paz, acaba por condicionar a evolução política e económica. Neste sentido, a inserção de Angola no panorama regional e internacional foi praticamente ditada por essa realidade de guerra e pela sua integração nas organizações internacionais, com vista a isolar a África do Sul e mais tarde a UNITA.

3.2. Potencialidades geopolíticas e dinâmicas fronteiriças

Angola possui uma localização geográfica que lhe permite enquadrar-se tanto na África Austral, como na África Central. A sua extensão marítima, cobre uma zona costeira de 1.600 km, dando-lhe uma grande dimensão marítima, ao passo que a sua extensão terrestre e as longas fronteiras que estabelece com países da África Austral e Central, (perto de 5.400 km) lhe confere, igualmente, uma grande dimensão terrestre. Nesse contexto, Angola possui uma dimensão marítima e continental, quer porque o mar apresenta-se como uma fonte de recursos, sobretudo naturais (onde o petróleo se destaca), quer porque a extensão do seu território confere-lhe não só potencialidades económicas (minerais e agrícolas), mas também desafios no âmbito das fronteiras que estabelece com os países supramencionados.

Contudo, Angola privilegiou quase sempre a componente terrestre, apesar da sua grandeza marítima, por um lado, porque a guerra civil de quase 30 anos raramente envolveu incursões navais, por outro, porque os apoios e influências internacionais e regionais, sobretudo do lado da UNITA, eram sempre realizadas via terrestre e aérea. A realidade da guerra acabou por condicionar a concepção geopolítica de Angola, virando-se para a organização e desenvolvimento da sua força terrestre e aérea, ainda que a componente marítima não tenha sido ignorada ao longo dos tempos. A par disso, coloca-se a questão da extensa fronteira terrestre que Angola mantém com alguns países da África Central e Austral, alguns dos quais envolvidos em conflitos civis, como é o caso da RDC e da República do Congo. No caso da RDC, Angola mantém uma extensa fronteira terrestre e o país apoiou até quase ao final da guerra, a parte insurrecional – UNITA – e era aliada Norte-Americanos na região. Do mesmo modo, a República do Congo, onde Pascoal Lissouba apoiava as incursões da UNITA na fronteira entre os dois países e Denis Sassou Nguesso era apoiada pelo Governo da República de Angola. E na África Austral faz fronteira com a Zâmbia e Namíbia, que mantêm fronteiras com o Malawi, Moçambique, Zimbabwe e Botswana, ambos inseridos num mercado com uma grande influência sul-africana. Portanto, Angola assume claramente dimensão continental, dada a importância de vigiar as fronteiras e de intervir ao longo delas.

A inserção de Angola no contexto internacional não é apenas produto da sua geografia, mas também das dinâmicas criadas pela Guerra-Fria, pois “desde a

independência que o país tem participado activamente nas dinâmicas regionais, continentais e mundiais”, tendo sido sempre “uma referência na geopolítica internacional”, ao fazer “parte da geoestratégia das potências tanto regionais como mundiais” (Van-Dúnem, 2010:s.p.). Aliás, a questão ideológica do contexto era importante, como confirmara Agostinho Neto, o primeiro Presidente do país, “Angola é e será por vontade própria trincheira firme da revolução em África. No Zimbabwe, na África do Sul e Namíbia está a continuidade da nossa luta” (MPLA, 1979:55). Esta foi uma concepção que se manteve, porém já não se trata de participar nos ideais revolucionários, mas de contribuir para estabilidade política e económica. Como afirmou o Presidente José Eduardo dos Santos, “o nosso propósito continuará a ser a promoção de Angola e de África para uma posição de igualdade soberana nas instituições e nas relações internacionais”. Mais adiante, “as nossas acções continuarão viradas para uma política diplomática e económica assente no respeito mútuo e nas vantagens recíprocas, na boa vizinhança com os nossos parceiros mais próximos territorialmente e no fortalecimento da integração económica, ao nível da SADC, da CPLP e da CEEAC”.²¹

Esta posição estava inscrita na Agenda Nacional de Consenso que assinalava que “Angola pretende se afirmar como um parceiro económico privilegiado, permitindo a sua inserção na economia mundial. A participação activa nas questões da integração regional na SADC, na CEAAC, na região do Golfo da Guiné e a continuidade das relações no seio da CPLP” (Van-Dúnem, 2010). Tendo sido reforçada na 7ª Reunião de Alto Nível do Mecanismo Regional de Supervisão do Acordo-Quadro para a Paz, Segurança e Cooperação na RDC e Grandes Lagos: “Angola vai continuar a empenhar o melhor dos seus esforços para contribuir para a manutenção da paz e da estabilidade na África Central e na Região dos Grandes Lagos e para garantir que se reforce o clima de boa vizinhança e de cooperação entre todos os países que integram essas sub-regiões”.²²

²¹ Extrato do discurso de José Eduardo dos Santos na tomada de posse como PR a 26 de Setembro de 2012 (vide ANGOP).

²² Ver ANGOP, 26 de Outubro de 2016, íntegra do Discurso do PR José Eduardo dos Santos na 7ª Reunião de Alto Nível.

3.2.1. Angola como Estado-director: Posição e factores de estabilidade e vulnerabilidade

A descrição e análise da posição de Angola e os factores de estabilidade e vulnerabilidade política e securitária impõe que se faça um exame dos factores geopolíticos e/ou geoestratégicos. Em primeiro lugar, o factor físico (localização, extensão territorial e configuração geográfica, morfologia, solo e clima); em segundo, o factor humano (demográfico e etnográfico); em terceiro, o factor recursos naturais e tecnológicos (energéticos, minerais e alimentares); e em quarto lugar, o factor circulação e estruturas (comunicações de transporte e de relação; estruturas políticas e militares).

Relativamente ao factor físico, o país situa-se na costa Ocidental da África Meridional, fazendo fronteira com: a Norte e a Nordeste com a RDC (2.646 km), a leste com a Zâmbia (1.065 km), a sul com Namíbia (1.427 km) e a oeste é banhado pelo Oceano Atlântico (1.650 km). Localiza-se a Sul do Equador e a Norte do Trópico de Capricórnio (4° 22' e 18° 02' de latitude Sul e 11° 41' e 24° 05' de longitude Leste). Tem uma superfície terrestre de 1.246.700 km²,²³ uma dimensão marítima e continental, a julgar pelo “amplo acesso ao mar, conjugado com a profundidade do seu território e a extensa fronteira terrestre (5.198 km). O comprimento máximo no sentido Norte-Sul é de 1.277 km e a largura máxima, no sentido Este-Oeste, é de 1.236 km (Grilho, 2009:59). Apresentando uma estreita planície costeira que sobe abruptamente até ao vasto planalto interior (CIA, 2014), possui uma geomorfologia que se divide em quatro partes, nomeadamente: a zona sedimentar que engloba “a faixa litoral, que se estende ao longo de toda a costa, caracterizada por planícies e terraços baixos, vales largos e alagados” (Info-Angola, 2014); a zona de transição composta por “degraus em patamares de crescente altitude para o interior, cortados com frequência por rios que correm directamente para o Atlântico; a zona montanhosa que engloba “o cordão das montanhas ao longo da costa que ganham altitude à medida que se caminha para Sul; e o planalto interior, a leste da orla de montanhas paralelas à costa” (Info-Angola, 2014).

²³ Angola partilha também alguns rios com os países com os quais faz fronteira.

Estas características do relevo influenciam a configuração hidrográfica, apresentando os rios, quatro vertentes distintas de escoamento das águas: a vertente que corre para Oeste, em direcção ao Atlântico (rio Zaire, Kwanza, Queve e Cunene); a vertente que corre para o Norte em direcção ao Zaire (Cuango e Cassai); a vertente que corre para Leste, como afluentes do Zambeze (rio Luena e Cuando); a vertente que corre para Sul, para o Calaari (Cubango).²⁴ As características do solo indiciam grandes potencialidades agrícolas, em parte devido à diversidade do seu clima tropical a Norte e subtropical a Sul (temperado nas zonas de maior altitude). Tem uma estação quente e húmida, com níveis de pluviosidade bastante elevados e uma mais fria e seca (Info-Angola, 2014).

Quadro nº 6: Potencialidades e vulnerabilidades do Factor Físico

Factores Geopolíticos e/ou Geoestratégicos	Potencialidades	Vulnerabilidades
Factor Físico	<p>A extensão do território (capacidade de albergar uma elevada população, espaço de manobra e compartimentação do seu território. A variedade do seu clima, dos seus solos, bons para a exploração agropecuária, conjugada os vastos recursos naturais, alicerçada pela sua extensa ZEE;</p> <p>A sua posição geográfica de charneira, influenciando directamente as regiões austral e central bem como as rotas marítimas do Atlântico Sul, confere-lhe uma vantagem significativa sobre os países encravados, ocupando uma posição mista, simultaneamente continental e marítima;</p> <p>A extensão da orla marítima (valorizada por excelentes baías) oferece óptimas condições para instalações portuárias, podendo influenciar as principais rotas comerciais e energéticas do Atlântico Sul.</p>	<p>A grande extensão das suas fronteiras terrestres, torna-o permeável, com particular incidência na região diamantífera, cumulativamente, associado aos conflitos regionais que geram enormes massas de refugiados, obrigam a dispersar recursos, económicos e militares;</p> <p>A localização numa região onde abunda uma grande variedade étnico-cultural (aquém e além-fronteiras). Possui uma extensa fronteira física com países que apresentam grandes tensões político-militares com consequências nos mais diversos domínios, o que gera grandes desafios no domínio da garantia de segurança das respectivas fronteiras.</p>

Fonte: Adaptado de Grilho (2009:12) e Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial (2012).

²⁴ Vide também “Geografia de Angola”, in Wikipédia https://pt.wikipedia.org/wiki/Geografia_de_Angola.

O factor humano é complexo, pois, apesar da sua imensa extensão territorial, a população não ultrapassava os 20 milhões de habitantes até 2002, mas o Censo de 2014 aponta para mais de 25 milhões de habitantes distribuídos desigualmente e uma população maioritariamente jovem, mas com acessos desiguais aos bens e serviços.

Quadro nº 7: Potencialidades e vulnerabilidades do factor humano

Factores Geopolíticos e/ou Geoestratégicos	Potencialidades	Vulnerabilidades
Factor Humano	<p>Uma população em franco crescimento, com uma taxa que ronda os 3,3 e 3,6% (entre 2004 a 2014), podendo constituir-se como uma fonte importante de recursos humanos. O elevado índice de fecundidade e de população jovem apresenta-se como uma grande fonte de disponibilidade de mão-de-obra a curto e a longo prazo;</p> <p>A reorganização das estruturas políticas, económicas e sociais que permitem uma melhor preparação e um enquadramento da população jovem indicia um potencial de desenvolvimento da população angolana nas próximas décadas.</p>	<p>A alta taxa de fecundidade, associada aos índices de pobreza, poderá aumentar a taxa da população que vive na pobreza, reduzindo a esperança média de vida e não permitindo rentabilizar em plenitude o recurso humano. O sector social apresenta grandes problema (taxa bruta de escolarização baixa, saúde pública precária e elevada assimetria na distribuição da riqueza, contribuindo para a reduzida capacidade produtiva;</p> <p>A grande concentração em áreas urbanas indica uma desigual distribuição pelo território, não potenciando os recursos humanos disponíveis, o que provoca uma desertificação no interior e um foco constante de tensões nas zonas urbanas;</p> <p>Os fluxos migratórios intra-regionais, contribuem para alicerçar a pobreza, fomentar o crime organizado e agudizar as tensões sociais internas na disputa pela subsistência.</p>

Fonte: Adaptado de Grilho (2009:13) e Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial (2012)

O factor recursos naturais (energéticos, minerais e alimentares) em África, constituem tanto uma grande fonte de riqueza e de poder, como de conflito. No caso de Angola, as potencialidades geradas pelos recursos naturais são consideradas as principais fontes de riqueza e as principais formas de influência em África, destacando-se os energéticos no vasto conjunto de recursos naturais. Isto pela importância económica que desempenham, sendo um dos maiores produtores de petróleo da África Subsariana, produzindo quase 2 milhões de barris/dia, valor que decresceu em 2014 para os 1.630 milhões (Info-Angola, 2014). Ainda assim, é o sétimo maior exportador (1.745 milhões de barris/dia) e com reservas comprovadas de 8,4 bilhões de barris (CIA, 2014). Apesar da grande produção de petróleo, os produtos petrolíferos refinados atingem apenas 45.050 barris/dia, sendo a sua exportação de 36.600 barris/dias inferiores à importação dos

97.760 barris/dia. Já a produção do gás natural atinge 731 milhões de metros cúbicos, com uma exportação de 500 milhões, um consumo de apenas 231 milhões e uma reserva comprovada avaliada em 308 bilhões de metros cúbicos.

Quadro nº 8: Potencialidades e vulnerabilidades do factor recursos naturais

Factores Geopolíticos e/ou Geoestratégicos	Potencialidades	Vulnerabilidades
Factor Recursos Naturais e Tecnológicos	<p>Os recursos energéticos (petróleo, gás natural e energia hidroeléctrica) de Angola são estratégicos. O gás natural, actualmente, potencia a balança dos hidrocarbonetos pelas grandes reservas existentes. Os biocombustíveis constituem também uma mais-valia, sendo previsível que Angola, pelas potencialidades agrícolas, se torne num dos mais importantes produtores de todo o continente africano;</p> <p>Os recursos minerais de Angola constituem inegavelmente uma potencialidade. As reservas diamantíferas, em quantidade e qualidade, colocam Angola como quarto maior produtor mundial de diamantes brutos;</p> <p>As condições do solo, clima, vegetação natural, morfologia e uma extensa ZEE permitem a exploração dos recursos (agropecuárias e piscícolas) em quantidade, variedade e qualidade para garantir, a médio prazo, auto-suficiência alimentar e uma fonte de exportação.</p>	<p>Uma grande dependência do sector energético, particularmente do petróleo e do gás natural, secundarizando outros sectores igualmente de grande importância, como o da agricultura e pesca;</p> <p>As enormes potencialidades garantidas pela mineração são reduzidas pelas vulnerabilidades, como as resultantes das infra-estruturas ferroviárias e rodoviárias necessárias ao transporte dos mesmos;</p> <p>A baixa produtividade agrícola e as dificuldades do comércio rural levam o país a não dispor de recursos alimentares em quantidade suficiente. Esta situação é ainda dificultada pelas decadentes ou inexistentes infra-estruturas de apoio à produção, armazenamento, transporte e comercialização, e à ausência de maquinaria, tornando a agricultura essencialmente de subsistência.</p>

Fonte: Adaptado de Grilho (2009:13-15) e Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial (2012)

Há que referir ainda no factor recursos naturais, os recursos minerais abundantes, “estima-se que o subsolo *angolano* alberga 35 dos 45 minerais mais importantes do comércio mundial, diamante, fosfatos, substâncias betuminosas, ferro, cobre, magnésio, ouro e rochas ornamentais (Info-Angola, 2014). Acrescentando-se também a importância dos recursos alimentares, com solos férteis para agricultura (47,3 % de terrenos propícios para actividade agrícola) e cerca de 750 km² de terra irrigada, de que resultam uma produção alimentar diversa (mandioca, milho, café, palmar, cana-de-açúcar, sisal, óleo de coco e amendoim). Aqui também merece destaque, a prática agro-pastoril, com a

produção de mais de 200 toneladas de carne bovino, ovino e caprino e a enorme riqueza do mar, com numerosas espécies de peixes.

Finalmente, o factor circulação e estrutura que se constitui como um problema, ao apresentar insuficientes infra-estruturas de comunicação e de transportes, desde as rodoviárias até as aeroportuárias, criando algumas dificuldades na mobilidade de pessoas e na transação de bens diversos. Contudo, com o grande investimento em infra-estruturas que teve início em 2004, sobretudo com o programa de reconstrução nacional, que foi possível graças ao empréstimo chinês e ao *boom* petrolífero, registou-se a abertura e reconstrução de rodovias (ligando as províncias do país), a recuperação das infra-estruturas ferroviárias e a melhoria das infra-estruturas marítimas, para além da recuperação das infra-estruturas aéreas a nível nacional.

Quadro nº 9: Potencialidades e vulnerabilidades dos factores circulação e estrutura

Factores Geopolíticos e/ou Geoestratégicos	Potencialidades	Vulnerabilidades
Factor Circulação e Estrutura	<p>As comunicações de relação têm sido usadas para a formação da opinião pública e propaganda política, constituindo como tal um factor de poder de âmbito interno;</p> <p>A recuperação e redimensionamento das estruturas, combinadas com a sua posição geográfica, podem constituir-se como factor de poder, face aos países vizinhos que não dispõem de saídas para o mar;</p> <p>A estabilidade política permite estabelecer as mais diversas e convenientes alianças estratégicas com as organizações regionais e internacionais. As estruturas e capacidades militares permitem, igualmente, alcançar grande projecção regional e continental.</p>	<p>As comunicações de relação apresentam algumas insuficiências para um país de grande dimensão;</p> <p>O sistema de comunicações de transporte é deficiente, bem como a exploração das capacidades de transporte fluvial que, associada à muito degradada rede rodoviária e ferroviária, reflectem o atraso geral do país em infra-estruturas de transporte e condicionam fortemente o desenvolvimento;</p> <p>Estruturas económicas deficientes para se projectar em organizações regionais e internacionais.</p>

Fonte: Adaptado de Grilho (2009:15-18); Almeida (2011) e Bernardino (2013)

Os factores geopolíticos e/ou geoestratégicos, com grande incidência nas potencialidades e vulnerabilidades, permitem compreender que a localização geopolítica privilegiada de Angola, entre a África Central e Austral, cria condições para exercer um papel de ligação entre as duas regiões. A sua extensão territorial e as condições morfológicas, climáticas e os solos férteis podem levar Angola a desempenhar um papel ainda maior. Para isso, contribui igualmente a abundância de recursos naturais, onde se destaca o sector energético (o petróleo desempenha um papel geoestratégico importante), mas também o sector mineiro, com grande destaque para os diamantes.

No entanto, as potencialidades não se limitam aos factores físicos e recursos naturais, incluindo também o factor humano e o de circulação e estrutura. Como referido, demograficamente a taxa de crescimento é elevada e é assegurada por uma população feminina bastante fértil e uma população maioritariamente jovem, o que garante uma grande disponibilidade de recursos humanos para as mais diversas tarefas futuras. Outrossim, o grande investimento em infra-estruturas de transportes e de comunicação conferem ao país um estatuto diferente ao nível da região Austral e Central, pois garante a possibilidade de desenvolver o seu potencial agrícola e agropecuário.

Angola, apesar da sua posição marítima e continental, privilegia a última dimensão pelas razões históricas e geográficas expostas anteriormente, embora procurando explorar e reorganizar a componente marítima. A estabilidade política alcançada com a paz em 2002 e o processo de reorganização e reinvestimento nas forças armadas, com um peso significativo em África (Almeida, 2011; Bernardino, 2013), têm granjeado algum prestígio nas regiões de que é parte e até mesmo no continente. O que confere a Angola um papel diferente em matéria de defesa e segurança, podendo traduzir-se numa grande fonte de projecção de poder.

Contudo, as vulnerabilidades que apresenta, podem pôr em causa as capacidades geopolíticas e/ou geoestratégicas e de influência regional e continental. A distribuição desigual da população, num extenso território e com fronteiras extensas, os problemas de infra-estruturas de transporte e logística, as deficiências no domínio social - com baixo nível de escolaridade e escassez de recursos humanos qualificados - a insuficiência das estruturas sanitárias combinadas com a incidência de doenças infecto-contagiosas e elevadas taxas de mortalidade, para além das desigualdades sociais significativas, traduzem-se em consequências nefastas para o potencial humano de Angola.

3.2.2. Interação política, segurança e defesa regional

As interações políticas na região Austral nem sempre foram pacíficas, tendo havido tensões, conforme descrito anteriormente, entre Angola e outros países-membros da actual SADC, como por exemplo a África do Sul do *apartheid*. Um quadro que mudou desde a criação da SADC e da integração da África do Sul pós-*apartheid*. Desde essa altura que a situação de paz e segurança na região era sobretudo afectada pela guerra em Angola e pela instabilidade na RDC até 2002, quando a primeira alcançou a paz e a segunda, uma relativa estabilidade. Este ambiente de estabilidade manteve-se ou, conforme os relatórios do Secretariado Executivo (entre 2010 a 2014), a situação de paz e de segurança na Região encontra-se ‘*relativamente* estável, tendo sido realizadas com sucesso eleições na Tanzânia, RDC, Lesoto, Seychelles e Zâmbia, no quadro dos princípios e directrizes da SADC sobre a Realização de Eleições Democráticas’. Posteriormente, houveram eleições em mais dez Estados-membros: Moçambique, Botswana, Namíbia, Maurícias, Angola, Zimbabwe, Suazilândia, Madagáscar, África do Sul e Malawi.

A realização regular de eleições reforça o quadro de consolidação e reforço da democracia na região, aumentando os níveis de segurança e estabilidade política. No domínio institucional, foram criados mecanismos para fortalecer os processos eleitorais e de consolidação democrática, com realce para o Conselho Consultivo Eleitoral da SADC (SEAC)²⁵ e da Unidade de Mediação. Esta última, pretendia aumentar a capacidade de mediação, prevenção de conflitos e diplomacia preventiva da região.

Apesar da estabilidade prevalecente na região, “*a contínua* crise no Leste da RDC e a *crescente degradação* das condições de segurança e humanitárias *exigiu* uma grande intervenção da SADC. Esta decidiu enviar uma Força em Estado de Alerta da SADC para o Leste da RDC, sob os auspícios da Força Internacional Neutra (FIN).²⁶ Houve igualmente um esforço conjunto que envolveu a SADC e a Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL), com vista a estabelecer consultas com o Conselhos de Paz e Segurança da União Africana e de Segurança das Nações Unidas. O que resultou

²⁵ O SEAC, em inglês, “*SADC Electoral Advisory Council*”, foi criado com o objectivo principal de aconselhar a SADC sobre questões relacionadas com as eleições e para reforçar a democracia e a boa governação.

²⁶ A decisão foi tomada na Cimeira Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo da SADC, de 8 de Dezembro de 2012 em Dar-es-Salaam (Tanzânia).

na assinatura do Acordo Quadro para a Paz na RDC e na Região dos Grandes Lagos, e na adopção da Resolução 2098 (Março de 2013) do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Esta, confere o mandato para o destacamento da Brigada de Intervenção sob os auspícios da Missão das Nações Unidas na RDC (MONUSCO) e o destacamento das tropas das Forças de Segurança da SADC (SADC-SF) no Leste da RDC.

A par da crise na RDC, a situação do Lesotho, Madagáscar e Zimbábwe também revela problemas no domínio das tensões entre as elites políticas e militares. Os esforços de mediação política diluíram o diferendo no Lesotho que opunha as partes, mediante a realização de eleições gerais credíveis, livres e justas (Maio de 2012), sob o escrutínio da Missão de Observação Eleitoral da SADC. No caso do Madagáscar, a mediação continuou a engajar todas as partes envolvidas até à resolução pacífica do conflito. Já no caso do Zimbábwe, por via do facilitador (Presidente sul-africano Jacob Zuma), continuavam os esforços de diálogo entre as partes para a materialização de todos os passos necessários conducentes à realização de eleições pacíficas, livres e justas.²⁷ Estas tiveram lugar, depois do Acordo Político Geral (AGP), em 2013, sob a observação do SEAC.

As questões relacionadas com a paz, segurança e defesa sempre estiveram na agenda da SADC, como demonstram os esforços contínuos de mediação política nos diversos países que foram afectados por problemas internos, mas também no reforço das estruturas da organização para fazer face aos grandes problemas nesse domínio.

Neste sentido, a SADC criou em 2001, o Protocolo para a Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança com “o objetivo de servir de instrumento no intuito de fazer face aos desafios políticos, de defesa e de segurança na região, criando para o efeito o Comité Inter-Estatal de Defesa e Segurança que reúne os Ministros da Defesa dos Estados-Membros” (Almeida, 2011:568).²⁸

²⁷ A Cimeira da Troika do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança da SADC (Março de 2011), decidiu que o Governo Inclusivo do Zimbábwe devia concluir todos os passos necessários à realização de eleições nacionais, introdução das emendas constitucionais e realização de um referendo.

²⁸ O Protocolo estabelece “as metodologias a utilizar na prevenção, gestão e resolução de conflitos por meios pacíficos, recorrendo à diplomacia preventiva, negociação, conciliação, à arbitragem e adjudicação por um tribunal internacional”. Prevendo ainda “o estabelecimento de um sistema de alerta prévio, a fim de monitorizar e prevenir a erupção e a escalada dos conflitos” (Almeida, 2011:568).

Deve-se realçar também, a criação do Pacto de Defesa Mútua em 2003, com o objectivo de “implementar os mecanismos do Órgão da SADC para a cooperação mútua em matéria de defesa e segurança” (SADC, 2010:7)²⁹ e servir de “compromisso regional em prol da autodefesa colectiva e da preservação da paz e da segurança na região, contanto que um conflito armado contra um será considerado uma ameaça à paz e segurança da região” (SADC, 2010:16). Houve ainda a decisão estratégica de se criar uma força militar de escalão Brigada, a *SADC STANDBY Force Brigade*, também conhecida por *SADCBRIG* (Almeida, 2011:568).

Posteriormente, a 1 de Agosto de 2004, foi lançado o Plano Estratégico Indicativo para o Órgão de Cooperação em Política, Defesa e Segurança (SIPO), que constitui hoje, o pilar de referência na estratégia de paz e segurança regional. Tem como objectivo principal criar um ambiente político e de segurança pacífico e estável, o que é essencial para atingir os seus objectivos sócio-económicos. Com base nos objectivos e na agenda comum da SADC, o Plano estabelece orientações gerais que especificam actividades, de acordo com os objectivos do Protocolo sobre Defesa, Política e Cooperação de Segurança e as estratégias para a sua realização e segurança pública (SADC, 2010).³⁰ O Plano apresenta igualmente “algumas medidas corretivas, estabelecendo para o efeito dois órgãos que associam as comissões inter-estatais de política e diplomacia, o Interstate Politics and Diplomacy Committee, integrando os Ministros dos Negócios Estrangeiros e o Interstate Defence and Security Committee, onde estão representados os Ministros da Defesa dos Estado Membros” (Almeida, 2011:569).

²⁹ Disponível em http://www.sadc.int/files/7713/6880/2990/03513_SADC_SIPO_Portuguese.pdf.

³⁰ Disponível em http://www.sadc.int/files/7713/6880/2990/03513_SADC_SIPO_Portuguese.pdf.

No âmbito da estratégia de inserção da SADC na geopolítica mundial, o SIPO foi revisto,³¹ dando lugar ao SIPO II (assinado e lançado em 2010), envolvendo a revisão dos objetivos, estratégias e actividades empreendidas pelos diversos sectores, bem como a inclusão da polícia como um sector independente do Órgão.

Portanto, a contínua cooperação na área da defesa e a troca de informação essencial para propiciar a tomada de decisões, bem como a participação das instituições militares da Região em exercícios militares em tempo de paz, ilustram a importância que o domínio da segurança e da defesa possui para a organização. Aliás, combinando “(...) uma integração entre as estratégias de segurança e desenvolvimento sustentando na região tem possibilitado (por via do sucesso económico-financeiro da África Sul), um crescimento económico consistente e uma melhoria no índice de segurança regional, constituindo-se numa organização de sucesso no continente Africano” (Almeida, 2011:569).

Angola sempre foi parte activa dos diferentes processos e fases que a organização passou nesse domínio, devido em parte, à sua diplomacia activa e à sua capacidade militar, rivalizando com a África do Sul, a potência militar da região (Almeida, 2011: Bernardino, 2013). Essa rivalidade é mais acentuada nas capacidades militares do exército e da força aérea, onde as vantagens de Angola são postas em causa pelo poderio industrial militar sul-africano. Contudo, o mesmo não se pode dizer em relação à marinha, onde Angola as diferenças são enormes, pois, África do Sul possui capacidade submarina, para além de 50 navios de guerra e patrulhas costeiras. Aliás, aqui Angola não se distancia tanto, mesmo aos outros países da região.³²

³¹ Apesar da revisão, importantes conquistas foram alcançadas, tais como: a facilitação da cooperação nos domínios da defesa e da segurança entre os Estados-membros; a assunção de um compromisso de auto-defesa colectiva; a operacionalização da Força em Estado de Alerta; a intensificação da luta contra o crime organizado e as actividades ilegais transfronteiriças; o estabelecimento do Centro Regional de Alerta Prévio; e o estabelecimento do Conselho Consultivo Eleitoral da SADC. (Relatório do Secretariado Executivo, 2012-2013). O SIPO II procurava responder ao ambiente geopolítico em mudança, aos pontos fracos do SIPO I e responder adequadamente aos desafios em evolução (SADC, 2010).

³² Ver anexo 3 SADC: Capacidades Militares (Exército, Força Aérea e Marinha).

3.3. Dinâmicas Geoeconómicas

3.3.1. Conceitos Geoeconómicos e Objectivos do Mercado Regional

O Estado permanece um actor fundamental na geoeconomia, pois, como assegura Luttwak (1990), os Estados já não estão apenas orientados para papéis geopolíticos, mas também geoeconómicos. Na mesma linha, Lorot afirma que é “o Estado que determina as disposições e as posturas geoeconómicas, com capacidade de identificar as ameaças, as estratégias defensivas ou ofensivas e os meios a serem utilizados” (Lorot, 2001:43).

O caso angolano demonstra que a concepção geoeconómica não está longe da geopolítica, antes complementam-se, pois, no âmbito da sua localização geográfica e do seu contexto político-histórico, Angola procura estabelecer relações de cooperação com todos países, sempre numa base de igualdade e de reciprocidade no quadro do interesse nacional.³³ O Ministro das Relações Exteriores assegurou nesse sentido que “a política externa angolana defende relações de boa vizinhança baseadas em princípios de respeito da soberania, da igualdade, da integridade territorial dos Estados dentro de uma cooperação reciprocamente vantajosa”.³⁴ Para reforçar essa percepção, avança dizendo que “a complexidade das relações internacionais exige de Angola uma diplomacia mais actuante para a defesa dos seus interesses nacionais”, havendo esforços para uma “inserção do país em organizações e instituições internacionais, cujos objectivos coadunam com os seus interesses nacionais, delineando e estabelecendo parcerias nos domínios político económico e social”.³⁵

A Agenda Nacional de Consenso defendia, nesse sentido, o “apoio aos grupos empresariais nacionais que operam para além das fronteiras, desenvolvimento de estratégias que vissem a afirmação do país no mercado mundial, o estabelecimento de parcerias com as organizações e blocos económicos regionais”. Defendendo ainda que Angola deve “aumentar a sua participação no mercado mundial de energia, diversificar e conquistar novos nichos de mercado participando no seio das Organizações e Instituições que intervêm no Comércio Internacional” (Cf. Van-Dúnem, 2010).

³³ Vide igualmente o extrato do referido discurso.

³⁴ Extrato da entrevista do Ministro das Relações Exteriores, vide ANGONOTÍCIAS, 20.01.2014.

³⁵ Extrato da entrevista do Ministro das Relações Exteriores, vide ANGONOTÍCIAS, 20.01.2014. Ibid?

Esta posição de Angola consta no Plano Nacional de Desenvolvimento, definindo a “inserção competitiva de Angola no contexto internacional” como objectivo fundamental da política do Estado angolano em matéria de política externa. Estabelecendo-se estrategicamente um mecanismo de “reforço do posicionamento do país no contexto internacional e regional, em particular na União Africana e na SADC”, cujos objectivos para o triénio (2013-2017) apontam para:

A criação de condições favoráveis para a modernização do País e para a melhoria da competitividade de Angola num mundo cada vez mais globalizado e incerto; A protecção dos interesses do País no exterior e promover a imagem de Estado democrático e de direito, de economia social de mercado e com uma política externa independente (Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, 2012:44).

Ainda neste quadro, as opções estratégicas relativas ao posicionamento de Angola no contexto internacional e regional, sobretudo no domínio geoeconómico, expressas na Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo, consistem em:

Apoiar a inserção competitiva na economia global: diversificando relações bilaterais para ampliar acordos comerciais e cooperação científica e tecnológica com os países emergentes, participando nas negociações e acordos de cooperação Sul-Sul e das nações tropicais, negociando parcerias comerciais com a União Europeia, no âmbito da SADC; Promover a integração regional com liderança: quer no quadro do estabelecimento do mercado comum regional, quer tomando iniciativas políticas para manter a segurança e a estabilidade política regional, ou afirmando-se como plataforma de articulação entre a SADC, a CEEAC e a região do Golfo da Guiné; Ampliar a participação no mercado mundial de energia (Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, 2012:88-89).

Contudo, no caso da SADC, onde Angola por factores geopolíticos e geoestratégicos já delineados procura ocupar um papel central, mantém uma posição gradualista no âmbito do aprofundamento da integração económica, entendendo que esse processo tem de ser faseado e obedecer às diferenças económicas na região. A este respeito, o Ministro das Relações Exteriores afirmou:

É preciso ver que em África, de um modo geral, nós estamos todos a níveis muito desiguais e justifica-se, portanto, a moratória que Angola solicitou para, primeiro, poder organizar-se internamente e conseguirmos alcançar algumas questões importantes (...). O país está a criar as suas infraestruturas industriais, agroindustriais para poder produzir, pelo menos, bens de necessidades básicas que poderão ser consumidos internamente ou, eventualmente, comercializados na região (...) *A ideia é termos mais estradas, mais caminhos-de-ferro, bem como explorar o potencial, para não ser apenas mercado para os outros.*³⁶

Esta posição de Angola é justificada pelas enormes assimetrias que se registam no domínio económico, como pode ser observada na tabela seguinte:

Tabela 10: Alguns Indicadores Económicos da SADC (2011)

Estados-membros	População (Milhões)	PIB (aos preços actuais, milhões de USD)	PIB per capita (USD)	Taxa de Crescimento do PIB Real (%)	Taxa de Inflação Anual (%)	Taxa de Câmbio Média (USD)
A. Sul	50.586	404.063	8.027	3.1	5.0	7,30
Angola	17.992	104.044	5.783	3.9	11.4	95,27
Botswana	2.025	17.727	8.754	5.1	8.5	6,80
Lesoto	1.979	2.366	1.259	4.3	5.0	7,30
Madagáscar	20.696	10.025	484	0.5	9.5	2.025,10
Malawi	14.389	5.811	404	4.3	7.6	156,50
Maurícias	1.286	11.251	8.749	4.0	6.5	28,80
Moçambique	23.049	12.259	532	7.3	6.1	29,06
Namíbia	2.105	12.704	6.035	4.9	5.1	7,15
RDC	75.259	23.700	315	6.9	12.6	919,44
Seychelles	87.441	1.014	11.602	5.0	2.6	12,38
Suazilândia	1.068	3.860	3.614	1.3	6.1	7,26
Tanzânia	44.485	23.850	536	6.4	12.7	1.573,69
Zâmbia	13.459	19.207	1.427	6.6	8.7	4.797,00
Zimbabwe	12.754	10.068	789	9.3	3.5	1,00
SADC	281.119	663.948	2.362	3.8		

Fonte: Adaptado do Relatório do Secretariado Executivo da SADC (2012)

³⁶ Extrato da entrevista do Ministro das Relações Exteriores, George Rebelo Chikoti à ANGOP, 14 de Novembro de 2014.

Para além destes indicadores macroeconómicos que revelam as grandes diferenças entre os países da região da SADC, registam-se ainda grandes disparidades ao nível da exportação e importação de bens e serviços, da dívida externa e das reservas internacionais líquidas, como podem ser comparadas pelos dados apresentados na tabela seguinte:

Tabela nº 11: Alguns Indicadores Económicos da SADC: Exportações, Importações, Dívida Externa e Reservas Internacionais (2011)

Estados-membros	Exportações de bens e serviços (Milhões de USD)	Importações de bens e serviços (Milhões de USD)	Total da Dívida Externa (Milhões de USD)	Reservas Internacionais 'Excl. ouro' (Milhões de USD)
A. Sul	117.033	119.501	111.462	42.595
Angola	67.088	20.228	16.204	27.684
Botswana	6.820	7.725	4.007	8.824
Lesoto	1.157	1.986	786	1.273
Madagáscar	2.657	4.110	2.632	1.263
Malawi	1.421	2.432	1.081	190
Maurícias	6.086	7.463	1.367	2.577
Moçambique	3.453	5.659	6.337	2.304
Namíbia	5.499	6.643	4.385	1.775
RDC	10.133	11.501	4.518	1.273
Seychelles	478	876	461	279
Suazilândia	2.643	2.965	382	576
Tanzânia	7.460	14.004	8.960	3761
Zâmbia	9.047	7.637	3.648	2.167
Zimbabwe	3.645	7.047	14.31	n.a
SADC	244.620	219.778	180.550	96.611

Fonte: Adaptado do Relatório do Secretariado Executivo da SADC (2012)

No entanto, a orientação geoeconómica de Angola estende-se para além da SADC, como ficou patente na linha de pensamento do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, quando afirmou que a posição de Angola passa por “uma política diplomática e económica assente no respeito mútuo e nas vantagens recíprocas, na boa vizinhança com os nossos parceiros mais próximos territorialmente e no fortalecimento da integração económica regional ao nível da SADC, da CPLP e da CEEAC”.³⁷ Aliás, esta posição foi

³⁷ Extrato do discurso de José Eduardo dos Santos na tomada de posse como PR a 26 de Setembro de 2012 (ver ANGOP).

acompanhada pelo Plano Nacional de Desenvolvimento, que definiu no quadro dos objectivos da estratégia de longo prazo o ‘apoio à inserção competitiva na economia global; na promoção da integração regional com liderança e na ampliação da participação no mercado mundial de energia’. Neste sentido, foram estabelecidas como prioridades políticas a “*consolidação* das relações com as instituições financeiras internacionais e o reforço da posição geoestratégica de Angola na região e no mundo”. Os seus programas de acção referiam-se à “consolidação das relações com as instituições financeiras internacionais; reforço do papel de Angola no contexto internacional e regional e alargamento das relações bilaterais e multilaterais” (Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, 2012:88-90).

3.3.2. Integração da Economia Angolana no Espaço Regional

Para fazer face a um quadro macroeconómico diverso e que enfrenta grandes desafios, sobretudo com economias subdesenvolvidas, a SADC elaborou um conjunto de planos indicativos para o aprofundamento da integração. Destaca-se no domínio económico, o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP). O RISDP³⁸ nasceu da decisão, na Cimeira de Maputo (1999), de rever o funcionamento das Instituições da SADC para melhorar a sua eficiência e eficácia. Foi adoptado posteriormente pela Cimeira Extraordinária de Windhoek (2001)³⁹ e aprovado na Cimeira de Arusha (2003), baseando-se na visão, missão e prioridades estratégicas da SADC⁴⁰ e na Agenda Comum.

³⁸O processo de elaboração do RISDP foi participativo, contando também com a participação do sector privado, ONGs, sociedade civil, instituições académicas, etc.

³⁹Aprovou a reestruturação, visando facilitar a implementação de uma estratégia melhor coordenada e mais coerente para promover a eficiência e a eficácia das políticas e programas da SADC. Decidiu a agregação de 21 sectores em agrupamentos de modo a formar quatro direcções sediadas no Secretariado, e estabeleceu Comités Nacionais para coordenar os interesses dos respectivos Estados-membros.

⁴⁰A visão é de um futuro comum, um futuro numa comunidade regional que garantirá o bem-estar económico, a melhoria dos padrões e da qualidade de vida, a liberdade e a justiça social, paz e segurança dos povos. A missão consiste em promover o crescimento e o desenvolvimento sócio-económico sustentável e equitativo, através de sistemas produtivos eficientes, de uma maior cooperação e integração, da boa governação e da paz e da segurança duradouras. Isto para que a Região possa emergir como um participante competitivo e eficaz nas relações internacionais e na economia internacional.

O RISDP apresenta-se como “um quadro estratégico que indica o rumo que a Região deverá seguir” (SADC, 2003:9), delineando os objectivos e as prioridades estratégicas da SADC a serem adoptadas a longo prazo e fixando metas e prazos para os objectivos gerais nos vários campos de cooperação. Desta forma, mais do que um plano, o RISDP é um mapa indicativo que fixa as balizas que indicam as principais direcções conducentes ao alcance das metas acordadas, atendendo sobretudo à necessidade de se monitorizar e medir o progresso na região.

No domínio económico, o RISDP está orientado para “promover a estabilidade macroeconómica e um maior crescimento combinados com o melhoramento da prestação dos serviços sociais”. Reconhece que o principal desafio da região se coloca ao nível da “criação de um ambiente conducente ao alcance de índices elevados e sustentáveis de crescimento económico equitativo e da redução da pobreza através da eliminação dos estrangulamentos criados pelo subdesenvolvimento e dependência em relação aos sectores primários de produção, da melhoria das condições macroeconómicas e da manutenção de um clima propício para o aumento das poupanças e investimento”. Os objectivos gerais são, portanto, o de facilitar a liberalização e o desenvolvimento do comércio e da economia para que haja uma integração regional mais profunda, a erradicação da pobreza e o estabelecimento do Mercado Comum da SADC.

Contudo, a diversidade e a disparidade do quadro macroeconómico dos países que compõem a SADC, é observada ao nível da heterogeneidade do “crescimento e desenvolvimento social e económico, com alguns países com elevadas taxas de crescimento, e outros com taxas de crescimento bastante baixas” (SADC, 2003:9). Porém, a região apresenta muitas potencialidades, desde a sua riqueza hídrica, agrícola, mineral e até turística, para além de um quadro de vantagens comparadas a outras regiões da África Subsariana, a começar pela dimensão do mercado. O PIB total da SADC é de 222.6 biliões de dólares, mais do que o dobro do da Comunidade Económica dos Estados da Africa Ocidental (CEDEAO), mais de metade do total do PIB da África Sub-Sahariana. o PNB per capita mais elevado em toda a África Subsariana (Cf. SADC, 2003). Daqui se pode aferir que “a região da SADC pode ainda registar ganhos estáticos e dinâmicos consideráveis com a integração regional, desde que os constrangimentos da parte de oferta sejam também devidamente atendidos” (SADC, 2003:10).

A diversidade e disparidades económicas apontadas anteriormente, permitem observar a elevada taxa de crescimento de Angola, 17,6%, na verdade e apesar da redução do preço do petróleo, a maior da região. Segue-se Moçambique, com uma taxa de crescimento de 7,9%, Malawi com 6,9% e Zâmbia com 6%, mantendo-se o ritmo de crescimento na África do Sul.

Angola possui uma grande riqueza hídrica e uma vastíssima fonte de recursos naturais, o que lhe permite gerar condições económicas e sociais para uma maior e melhor inserção na economia regional, continental e mundial. No entanto, apesar destas potencialidades, a exploração de petróleo e diamantes dominam grandemente a economia angolana, ainda que estes recursos não gerem qualquer ligação ao resto da economia.⁴¹ Sendo assim necessário observar o crescimento do sector não petrolífero depois do final da guerra civil e em consequência da queda do preço do barril no mercado mundial.

Tabela nº 12: Taxa de Crescimento do PIB por sectores da economia (%)

Sectores da Economia	2007	2008	2009	2010	2011
Agricultura	27,4	1,9	29,0	6,0	9,2
Pescas e derivados	9,7	-2,4	-8,7	1,3	17,2
Diamantes e Outros	2,7	-8,2	4,6	-10,3	-0,7
Petróleo	20,4	12,3	-5,1	-3,0	-5,6
Indústria Transformadora	32,6	11,0	5,3	10,7	13,0
Construção	37,1	25,6	23,8	16,1	12,0
Energia	8,6	26,1	21,3	10,9	3,5
Serviços Mercantis	21,8	26,9	-1,5	8,7	9,5
Outros	4,5	1,9	5,9	4,7	9,6
PIB não petrolífero	25,4	15,0	8,3	7,8	9,7

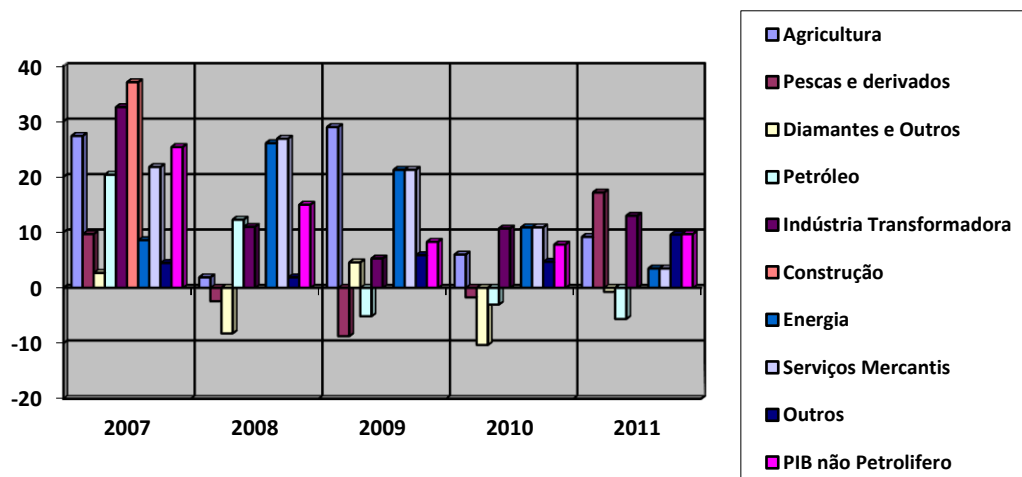
Fonte: Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial (2012:17)

A tabela anterior ilustra como o sector não petrolífero ultrapassou, em termos de crescimento, o sector petrolífero, não só no período de crise do preço do petróleo, entre 2009 a 2010, em que o preço do barril se fixou entre os 69,90 e os 77,9 USD,

⁴¹ Essa posição tem sido defendida em muitos relatórios internacionais. Ver por exemplo, o “Africa Economic Outlook 2004/2005”.

mas também quando se registou a alta de preços em 2007 (72,4 USD), 2008 (92,4 USD) e 2011 (110,1 USD):

Gráfico nº 2: Crescimento do PIB por sectores da economia.



Fonte: Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial (2012)

Não obstante, a economia angolana não está dissociada do seu contexto político-histórico, que gerou durante décadas uma situação de fraco desempenho económico (Rocha, 2011), tendo implicações ao nível do seu crescimento, sobretudo na década de 90 e princípios da década de 2000. Os sectores da agricultura e da indústria estão entre aqueles que mais foram afectados pela guerra civil. Isto pelos problemas resultantes da falta de infra-estruturas e da falta de capital físico e financeiro e pela presença evasiva de minas terrestres em algumas das suas regiões.⁴² Até finais da década de 90 e inícios de 2000, a economia angolana era caracterizada nos termos seguintes:

Desequilíbrios orçamentais importantes e crónicos; dependência do petróleo, quase 60% da estrutura do PIB e 96,5% das exportações totais; dependência das importações, *com uma* balança de transações correntes cronicamente deficitária; desequilíbrios entre a oferta e a procura; desemprego dos factores de produção; dívida externa elevada; crise social, *com* elevados índices de pobreza, *onde* 67% população está em situação de grandes carências económicas (Rocha, 2011:36-40).

⁴² Ver o relatório do Africa Economic Outlook de 2005.

Alguns dos indicadores descritos, ainda persistem na realidade económica angolana, como atesta ainda a grande dependência das importações, a dívida externa elevada⁴³, a presença marcante do mercado informal e, embora em menor dimensão, no desemprego dos factores de produção e na crise social. Porém, é preciso realçar que se registaram alterações significativas depois do final da guerra. O que se pode observar, por exemplo, pela diminuição da dependência do petróleo, apenas 49% na estrutura do PIB em 2003 e 90% das exportações em 2004 (Africa Economic Outlook, 2005:76) e por uma equilibrada política orçamental (MPDT, 2012:17). Essa evolução da realidade económica é consequência do crescimento do PIB, como atesta a tabela nº 13 e o gráfico nº 2:

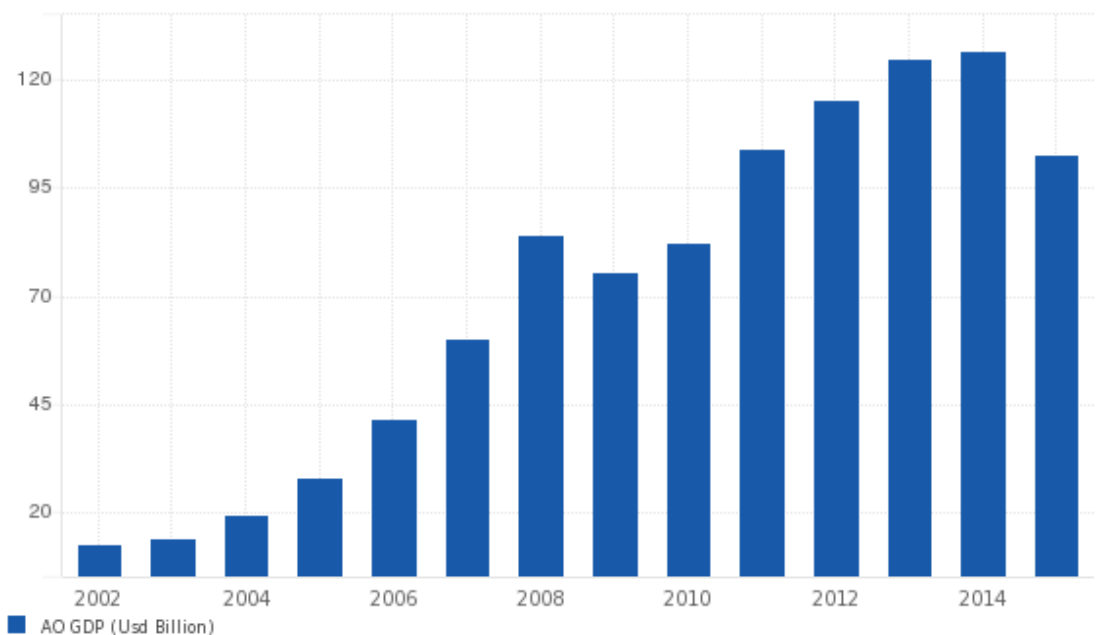
Tabela nº 13: Indicadores do Crescimento do PIB em Angola

Anos	PIB (Mil Milhões de Doláres)	Taxa de Crescimento do PIB (%)
2002	12,5	-
2003	14,19	3,3
2004	19,64	11,2
2005	28,23	20,6
2006	41,79	18,6
2007	70,49	23,2
2008	84,18	13,8
2009	75,49	2,4
2010	82,47	3,5
2011	104,11	3,9
2012	115,4	5,2
2013	124,91	6,8
2014	126,77	4,8

Fonte: Adaptado do IECONOMICS (2016) e World Bank (2015)

⁴³ Ver o Plano Nacional de Desenvolvimento, nas páginas 18 e 19.

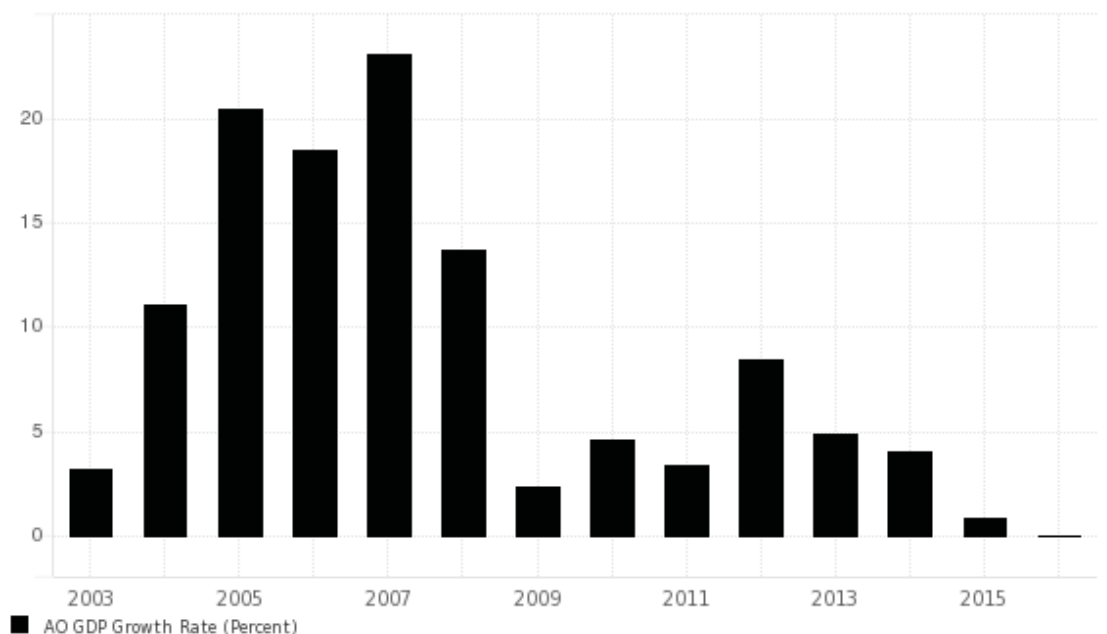
Gráfico nº 2: PIB em Mil Milhões de Dólares



Fonte: World Bank⁴⁴

Na mesma dimensão, registou-se uma taxa de crescimento do PIB, no período posterior a 2002, como apresenta o seguinte gráfico:

Gráfico nº 3: Taxa de Crescimento do PIB

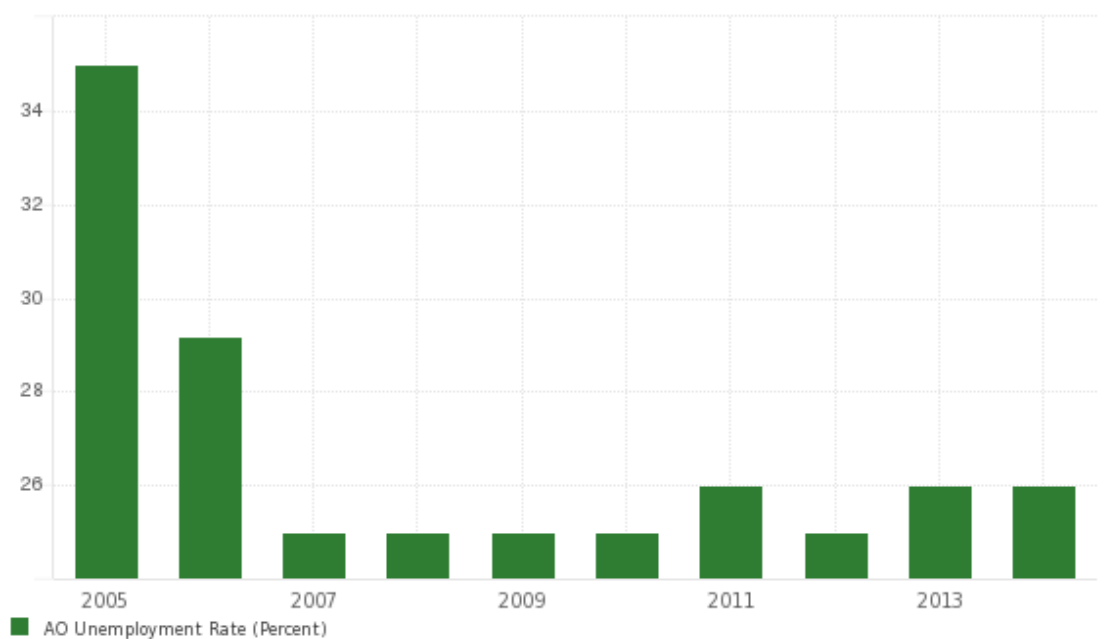


Fonte: BNA (2016).

⁴⁴ Gráfico apresentado pelo IECONOMICS (2016).

Esta realidade económica teve igualmente repercussões ao nível do emprego, com uma redução substancial da taxa de desemprego que passa de 40% em 2005 para menos de 20% entre 2007 e 2010 e 25% entre 2011 e 2014, como pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico nº 5: Taxa de Desemprego



Fonte: African Development Bank⁴⁵

⁴⁵ Gráfico apresentado pelo IECONOMICS (2016).

3.3.3. Potencialidades e Vulnerabilidades no Quadro Geoeconómico

A descrição e análise da posição de Angola e os factores de estabilidade económica que podem permitir a maximização da influência de Angola na SADC, impõe que se faça um exame dos factores geoeconómicos. Ou seja, do factor físico (configuração do mercado angolano, peso dos sectores, recursos existentes até o seu potencial de crescimento); do factor humano (capacidades humanas disponíveis, qualidade dos recursos humanos, poder de compra); do factor recursos naturais e tecnológicos (tecnologia e industrialização) e do factor circulação e estruturas (portos, aeroportos, ferrovias, rodovias, barragens).

Quadro nº 14: Potencialidades e vulnerabilidades do factor físico

Factores Geoeconómicos	Potencialidades	Vulnerabilidades
Factor Físico	<p>O mercado é amplo e atrativo, com uma população de mais de 25 milhões de habitantes, com uma tendência crescente, e um conseqüente aumento do poder de compra. O crescimento económico e a amplitude do mercado podem ainda ser maiores, com as grandes reservas de recursos petrolíferos por explorar e descoberta de novos campos de produção. Elevado potencial para a produção de formas alternativas de energias renováveis e diversas ocorrências minerais devidamente identificadas;</p> <p>Angola possui a 4ª maior zona económica exclusiva e prevê o adensamento das cadeias produtivas. Grandes possibilidades de implantação de pólos de desenvolvimento e condomínios industriais;</p> <p>O crescimento do sector turístico, sobretudo turismo de negócios, com a criação de novos pólos de desenvolvimento e novos centros de convenções.</p>	<p>O mercado é praticamente de importação, para além do petróleo e dos diamantes, o país importa uma variedade de bens e serviços. A baixa produtividade agrícola e falta de experiência do sector empresarial podem gerar menor competitividade;</p> <p>O mercado padece ainda de uma escassez de infra-estruturas geológicas, de transporte (ramais ferroviários) e de apoio à actividade mineira. Elevadas tarifas de transporte (caminho-de-ferro) e taxas aduaneiras sobre os produtos do subsector de rochas ornamentais;</p> <p>Reduzidas infra-estruturas necessárias para a instalação de indústrias e insuficiência significativa de utilidades (água, saneamento e energia eléctrica);</p> <p>Altas taxas de informalidade do mercado de trabalho.</p>

Fonte: MPDT (2012); Lourenço (2013).

As potencialidades e vulnerabilidades do factor físico articulam-se com a capacidade ou incapacidade humana de gerar um quadro que permita desempenhar um papel geoestratégico relevante, ou não, em função dos recursos naturais que o país

apresenta. Sendo por isso fundamental, analisar o factor humano e o factor recursos naturais.

Quadro nº 15: Potencialidades e vulnerabilidades do Factor Humano e Recursos Naturais

Factores Geoeconómicos	Potencialidades	Vulnerabilidades
Factor Humano	<p>Elevada proporção da população cuja actividade está directamente relacionada com a produção agrícola; Crescente procura de ensino, a todos os níveis, destacando-se a intensa procura para o ensino superior e a necessidade de garantir a disponibilidade de recursos humanos qualificados. Alargamento da capacidade específica para a formação de recursos humanos para a administração pública central e local;</p> <p>Características e energia dos/das jovens angolanos/as para enfrentar dificuldades e desafios (perseverança, criatividade, energia, curiosidade e espírito empreendedor).</p>	<p>O país debate-se com a escassez de quadros e especialistas em todos os sectores, baixa qualificação dos recursos humanos e empresariais, a insuficiente cobertura e conhecimento do parque geológico ou mineiro do País;</p> <p>A escassez de quadros com formação académica qualificada, capacidade financeira, comercial, profissional, vocação e/ou cultural comercial na maioria dos comerciantes e de agentes económicos locais;</p>
Factor Recursos Naturais e Tecnológicos	<p>Abundância de recursos naturais, havendo ainda recursos por explorar que podem alavancar o desenvolvimento em todas as esferas. Grande parque energético e elevado potencial para a produção de formas alternativas de energias renováveis e aumento da capacidade de refinação. Grande potencial diamantífero;</p> <p>Elevado potencial hídrico, com a existência de 47 bacias hidrográficas principais, orla marítima extensa com um considerável nível de biomassa, desenvolvimento da aquicultura para aumentar a disponibilidade de pescado;</p> <p>Recursos naturais favoráveis à produção agropecuária e florestal. Sector agroalimentar considerado prioritário, solos de elevada aptidão agrária e elevada biodiversidade.</p> <p>Existência de património etnológico e cultural diversificado e de rica variedade de realidades climáticas.</p>	<p>Insuficiência de meios técnicos, materiais e humanos para o cumprimento integral das exigentes tarefas de exploração ou fiscalização da exploração dos recursos naturais;</p> <p>Reduzida diversificação das fontes que compõem a matriz energética do país. Insuficiente cobertura e conhecimento do parque geológico do país;</p> <p>Escassez de infra-estruturas geológicas, agropecuárias, transporte (ramais ferroviários) e de apoio à actividade mineira;</p> <p>Fraca operacionalidade do sector industrial pesqueiro no domínio do processamento.</p>

Fonte: MPDT (2012); Lourenço (2013).

Por fim, apresenta-se o factor circulação e estruturas para que se compreendam melhor as dinâmicas de desenvolvimento local das comunicações de transporte e das estruturas produtivas e comerciais e as suas consequências ao nível regional.

Quadro nº 16: Potencialidades e vulnerabilidades do Factor Circulação e Estruturas

Factores Geoeconómicos	Potencialidades	Vulnerabilidades
Factor Circulação e Estrutura	<p>Condições adequadas para a implantação de pólos de desenvolvimento e condomínios industriais; Reabilitação de infra-estruturas, com destaque para estradas, caminhos-de-ferro, pontes e de fontes de fornecimento de energia eléctrica e água;</p> <p>Melhoria substancial das infra-estruturas rodoviárias na maior parte do território nacional, permitindo o restabelecimento da circulação entre todas as capitais das províncias;</p> <p><i>Cluster</i> considerado prioritário com importantes projectos estruturantes, quer ao nível das infra-estruturas quer dos sistemas de transportes e das suas articulações com as plataformas logísticas;</p> <p>Relançamento do sector marítimo nacional, para o transporte marítimo internacional e nacional (cabotagem e fluvial).</p>	<p>Escassez de infra-estruturas em todo o país e insuficiência de meios rolantes tecnológicos para o transporte de meios postais e distribuição de correspondência;</p> <p>Ausência de integração cooperativa com outras entidades que executam programas de infra-estruturas em diversos sectores;</p> <p>Infra-estruturas, em particular a nível portuário, em mau estado de conservação;</p> <p>Ausência de infra-estruturas e equipamentos de suporte aos transportes públicos colectivos de passageiros;</p> <p>Desestruturação sócio-produtiva das comunidades rurais devido à falta de infra-estruturas sociais e produtivas, com realce para as vias rurais.</p>

Fonte: MPDT (2012); Lourenço (2013).

Portanto, o quadro de potencialidades geoeconómicas é bastante acentuado, a julgar pela amplitude, atractividade e crescimento do mercado, pelas políticas de desenvolvimento dos recursos humanos e a sua conseqüente melhoria na exploração e fiscalização da exploração dos recursos naturais abundantes, para além do desenvolvimento das estruturas de comunicação e das infra-estruturas de transporte e logística. Mas também, há que mencionar as vulnerabilidades de um mercado de importação, com baixa produção agrícola, agropecuária, piscatória, para além da baixa qualificação dos recursos humanos e infra-estruturas deficientes.

Conclusão

A cooperação regional na África Austral é antiga e data da criação do Movimento dos Países da Linha da Frente, em 1965. Visava a independência dos países da região ainda sob domínio colonial e o fim do regime do *apartheid*, tendo dado lugar, na década de 80, à SADCC. Esta, tinha como propósito tornar a região economicamente forte e contrapor a dependência sul-africana a que estavam sujeitos alguns países. A SADCC deu origem à SADC e passou a integrar todos os países da região Austral do continente. O seu objectivo era o de promover a paz, reduzir a pobreza, melhorar o nível de vida e fomentar a cooperação entre os Estados-membros. A SADC foi assim criada como uma organização regional orientada para uma integração política, definindo a paz, a segurança, a democracia e a boa governação como os pilares da sua agenda política; bem como para uma integração económica, assente na promoção do crescimento e desenvolvimento económico sustentado na base da auto-suficiência colectiva e da interdependência entre os Estados-membros, na promoção e optimização do emprego produtivo e na utilização de recursos da região.

Não obstante a importância da cooperação e da integração regionais para a resolução de problemas de segurança colectiva e da promoção do crescimento e desenvolvimento económico, os países procuram sempre salvaguardar os seus interesses políticos e económicos nacionais. Angola faz parte do processo de cooperação e integração na África Austral desde o início, sendo por isso membro-fundador e, mais do que isso, tendo contribuído conjuntamente com outros países para o quadro de estabilidade política e securitária que a região hoje apresenta. Porém, apesar de partilhar uma série de objectivos e estratégias da SADC para fazer face aos principais problemas da região, possui interesses diferentes no processo de integração, tanto do ponto de vista político-securitário, como do ponto de vista económico-social.

A presente dissertação incidiu sobre o processo de integração de Angola na SADC, privilegiando as dimensões geoestratégicas e geoeconómicas, sobretudo entre 2004 e 2014. Partiu da seguinte indagação: “qual a funcionalidade operativa da SADC no quadro da optimização dos interesses nacionais estratégicos de Angola?”. O objectivo era o de analisar as dinâmicas geoestratégicas e geoeconómicas do processo de integração de

Angola na SADC, a partir de uma questão centrada na funcionalidade operativa da SADC no quadro da optimização dos interesses nacionais estratégicos.

No domínio político-securitário, a influência de Angola na SADC é observada na sua capacidade para participar nos processos de tomada de decisão colectivo em questões de conflito político-militar, mas também em intervenções isoladas de processos que ponham em causa os seus interesses geopolíticos, como nos casos da Namíbia e da RDC. Esta influência que se estende para além da SADC, justifica a sua relevância como actor-chave na defesa e segurança colectiva da região, onde os diversos mecanismos que existem para promover a paz, a segurança e a democracia, contam com a participação activa e por vezes de liderança nesses domínios.

Este estudo demonstrou que o processo de integração regional na parte austral do continente está mais orientado para factores de natureza político-securitário, sobretudo para os processos de mediação de conflitos, registando fracas relações no domínio económico, tanto no âmbito da SADC, como no das relações bilaterais, com algumas excepções para a presença sul-africana em alguns países. Apesar das potencialidades económicas, o processo de integração de Angola na SADC tem sido orientado para um alargamento da sua influência política, registando-se o inverso no domínio económico. Perante este facto, parece relevante perceber não só a falta de incremento das relações económicas, mas sobretudo as estratégias de Angola neste domínio no seu processo de integração na SADC.

Contrariamente à influência geopolítica, Angola não desempenha um papel relevante no domínio económico, dado que apesar das suas potencialidades e do seu crescimento e desenvolvimento significativo, tem uma fraca presença no mercado regional e uma indústria incapaz de rivalizar com a principal potência da região, que domina isoladamente todo o comércio na SADC. A posição gradualista de Angola face a uma integração mais profunda, é assim justificada pela sua incapacidade de produzir numa escala que compita com outras economias da região e que não sirva apenas de comprador de bens e serviços produzidos por outras economias.

Portanto, as dinâmicas geoestratégicas revelam a funcionalidade operativa que a SADC possui no âmbito da influência que Angola tem no domínio político-securitário, sendo visto como um actor-chave para a defesa e segurança na Região Austral e não só do continente. De modo diferente, as dinâmicas geoeconómicas indiciam fraca capacidade de produção à escala regional e, como vimos, uma baixa influência no mercado regional que justifica a sua posição gradualista no aprofundamento do processo de integração económica na SADC.

As potencialidades de Angola no domínio geopolítico, geoestratégico e geoeconómico são enormes. Isto devido, sobretudo, à sua posição geopolítica mista, continental e marítima, à abundância de recursos naturais e à capacidade e experiência militar, a par da sua política de desenvolvimento das estruturas económicas e sociais. No entanto, terá de enfrentar as questões associadas à qualidade dos seus recursos humanos e à deficiência de infra-estruturas de transporte e logística que colocam alguns desafios importantes ao país. Neste domínio, afigura-se importante desenvolver a pesquisa acerca das questões que se prendem com a posição gradualista de Angola. Mais concretamente, para averiguar por quanto mais tempo Angola vai manter a sua posição gradualista no quadro dos seus interesses geopolíticos e/ou geoestratégicos face ao compromisso colectivo de aprofundamento da integração no domínio económico, contrariamente a posição de envolvimento profundo no domínio político e securitário, que lhe confere grande influência na região.

Bibliografia

Almeida, Eugénio da Costa (2011). Angola: Potência Regional em Emergência. Lisboa: Edições Colibri.

Bach, D. (1999). Regionalization in Africa. Integration and Disintegration. Oxford: Indiana University Press.

Beaufre, André (2004). Introdução à Estratégia. Lisboa: Edições Sílabo.

Bembe, Miguel D. (2014). “Os Problemas e Debilidades de um Continente à Derriva – Para uma compreensão da Geopolítica e da Estratégia africanas através de dois estrategistas africanos”. Mulemba - Revista Angolana de Ciências Sociais 4(7): 479-486.

Bernadino, Luís (2013). A Posição de Angola na Arquitectura de Paz e Segurança Africana. Análise da Função Estratégica das Forças Armadas Angolanas. Lisboa: Almedina.

Brandão, Ana Paula (2004). “Segurança: Um conceito contestado em debate”, em Informações e Segurança. Estudos em Honra do General Pedro Cardoso, Adriano Moreira (Coord.): 37-56.

Buzan, Barry & Waeber, Ole (2003). Regions and Powers. Regions and Powers: The Structure of International Security. Cambridge: Cambridge University Press.

Caputo Menezes, André (2016). Desenvolvimento Partidário em Angola: Dinâmicas Organizacionais e Institucionalização Partidária (1992-2008). FCSH-UNL. Dissertação de Mestrado.

_____ (2016). “Dinâmicas geoeconómicas e novos desafios da globalização na Africa Austral no século XX”. Trabalho Final da UC “Temas Aprofundados de Economia Política Internacional”. Lisboa: ISCSP, texto não publicado.

Chingono, Mark e Nakana, Steve (2009). “The challenges of regional integration in Southern Africa”. African Journal of Political Science and International Relations. 3(10): 396-408.

Chinguri, Elias (2008). *A Geopolítica do Conflito Étnico nos Grandes Lagos*. Luanda: Editorial Nzila.

Clapham, Christopher; Mills, Greg; Morner, Anna & Sidiropoulos, Elizabeth (2001). *Regional Integration in Southern Africa: Comparative International Perspectives*. SAIIA.

Comité Nacional da SADC (2003). *Lançamento do Comité Nacional da SADC de Angola. Implementação da Política da SADC, um passo para o Desenvolvimento Regional*. Luanda: SPDT.

Couto, Abel (1988). *Elementos de Estratégia: Apontamentos para um Curso*. Vol. I. Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares.

Costa, Carla Guapo. O Euro: A Tragedia (in)voluntária da construção europeia. Em crise e o futuro, Coord. De António Sousa Lara. Lisboa: PF; 2013: 103-122.

_____ (2010). *Temas de Relações Económicas Internacionais*. Lisboa: ISCSP.

_____, Ferreira. Marcos Faria, Pereira, Maria Joao e Soares, Andreia Mendes. (2009). *A União Europeia como actor global - Dimensões Económicas e normativas da politica externa europeia*.

Dias, Carlos Mendes (2010). *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinamentos*. Liasboa: Editora Prefácio.

Dougherty, James e Robert, Pfaltzgraff (2001). *Relações Internacionais. As Teorias em Confronto*. Lisboa: Gradiva Editora.

Draper, P., Halleson, D e Alves, P. (2007). "SACU, Regional Integration and The Overlap issue in Southern Africa: From Spaghetti to Cannelloni?" SAIIA Trade Policy Report nº 15, South Africa Institute of International Affairs, Johannesburg.

Evans, M. (1984). "The Front-Line States, South Africa and Southern Africa Security: Military prospects and perspectives", *Zambezia*, nº 5, vol. XII:1-19.

Fernandes, Francisco José Lourenço (2013). *Angola e os Desafios da Integração Económica Regional. Reflexões e Previdências*. Luanda: Editando.

Flint, Colin (2006). *Introduction to Geopolitics*. London: Routledge.

Garcia, Francisco Proença (2011). *Da Guerra e da Estratégia*. Lisboa: Prefácio.

Gastrow, Peter (2001). "The SADC Region". *African Security Review*.

Gilpin, Robert (2001). *Global Political Economy: Understanding Economic Order*. Princeton University Press.

Grugel, Jean e Hout, Wil (1999). *Regionalism Across the North-South Divide: State Strategies and Globalization*. London: Routledge.

Hugon, Phillipe (2005). *Geopolítica de África*. 3ª Edição. Lisboa: Escolar Editora;
INIDE (2008). *Angola. Atlas Geográfico. Ensino Superior*. INIDE/Macmillan.

Keohane, Robert e Martin, Lisa (2008). "The Promise of Institutionalism Theory", em *Theories of International Relations*, David Baldwin (Edit). London: Routledge.

Kiala, Carine e Ngwenya, Nomfundo (2011). "Angola's Strategic Co-operation with the BRIC Countries". SAIIA, SAIIA Occasional Paper nº 85.

Kritzinger-van Niekerk, Lolette (2005). "Regional Integration: Concepts, Advantages, Disadvantages and Lessons of Experience".

Lorot, Pascal (2001). "La géoéconomie, nouvelle grammaire des rivalités internationales". *L'information géographique*, 66 (1): 43-52.

Luttwak, Edward N. (1990). "From geopolitics to geoeconomics. Logic of conflict, grammar of commerce". *The National Interest*, 20: 17-23.

Mahnken, Thomas G. e Maiolo, Joseph A. (2008) “General Introduction”, em *Strategic Studies: A Reader*, T. Manhken e J. Maiolo (Edit). London/New York: Routledge:1-4.

_____ (2008). “The Uses of Strategic Theory”, em *Strategic Studies: A Reader*, T. Manhken e J. Maiolo (Edit). London/New York: Routledge: 5-7.

Maltez, Adelino (2014). *Curso de Relações Internacionais*. Parede: Principia Editora.

Martins, Raúl François (1996). “Geopolítica e geoestratégia: O que são e para que servem”. IDN, *Nação e Defesa*, 78: 23-78.

Matusse, Renato (2009). *África Austral: Das Migrações Bantu à Integração Regional*. Maputo: Imprensa Universitária.

Mendes, Nuno Canas (1997). *Segurança de Desenvolvimento Económico na Região Ásia-Pacífico*. Lisboa: ISCSP.

_____ e Coutinho, Francisco Pereira (eds.) (2014). *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Lisboa: Dom Quixote.

Mitrany, David (1994). “A working Peace System”. Em *The European Union-Readings and Practice of European Integration*, B. F. Nelsen e A.C-G. Stubb (Edit). Springer: 77-97.

Moreira, Adriano (2014) *Teoria das Relações Internacionais*, Lisboa: Almedina.

_____ (2003) *Ciências Políticas*, 2ª impressão, Coimbra: Almedina.

Murapa, Rukudzo (2002). “A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC): Rumo à Integração política e económica”. *Impulso* nº31.

Opara Opimba, Lambert (2009). *L'impact de la dynamique de l'intégration regional sur les pays de la SADC: une analyse theorique et emperique*. Universit Montsquiieu-

Bourdeaux IV, Ecole Doctoral de Sciences Economiques, Gestion et Demografique, Doctoral ès ciencias Economique.

Panke, Dianna e Risse, Thomas (2007). “Liberalism”. In *International Relations Theories: Discipline and Diversity*, Tim Dunne et. Al (edit). Oxford: Oxford University Press.

Pereira, António Pinto (2014). “Integração”, em *Enciclopédia das Relações Internacionais*. N. C. Mendes e F.P. Coutinho (eds.) (2014). Lisboa: Dom Quixote: 267-269.

Poku, Nana (2001). *Regionalization and Security in Southern Africa*. London: Palgrave Macmillan.

Prys, Miriam (2010). “Hegemony, Domination, Detachment: Differences in Regional Powerhood”. *International Studies Review*. 12(4): 479-504.

Qobo, Mzukisi (2007). “Regional Integration, Trade and Conflict in Southern Africa”. SAIIA.

Ribeiro, António Silva (2010). *O Essencial ao Processo Estratégico – Teoria Geral da Estratégia*. Lisboa: Almedina.

Romana, Heitor (2006). *A República Popular da China: A sede do poder estratégico*. Coimbra: Almedina, 2006.

_____ (2012). “Para uma análise geopolítica”. *Revista Globo*, nº 2, 200: 22-25.

_____ (2014). “Informações Estratégicas: Conceptualizações e objectivos”, em *Crise, Estado e Segurança*, Coord. Antonio de Sousa Lara, Lisboa: Edições MGM: 115-126.

_____ (2016). “Apresentação”, Em *Geopolítica do Golfo da Guiné. A Posição Estratégica de Angola*, Gilberto Verissimo (Edit.). Lisboa: Editora Ler Devagar: 35-38.

Sango, André de Oliveira João. O Modelo Político Angolano: Perspectivas. Tese de Doutoramento, Universidade de São Paulo, Faculdade de Letras e Ciências Humanas, 2002.

_____ “Segurança e Transparência: Serviços de Inteligência na Encruzilhada da Paz e da Democracia”. Texto Preparado para a Conferência sobre Segurança e Democracia na Universidade Nova de Lisboa, 2013.

_____ “Patriotismo e Segurança: Valores e Deveres da Inteligência”, Texto da Palestra proferida no dia 13 de Janeiro de 2017 no Anfiteatro do Centro de Formação Especial, Luanda-Angola.

Saurombe, Amos (2012). “The role of institution in implemeting SADC treaty provisions dealing with regional integration”, Potcite estroom electronic HW Journal, vol. nº 2.

Scholvin, Sören (2014). The geopolitics of regional power. Geography, economics and politics in Southern Africa. Ashagate publishing limited.

Söderbaum, Frederik (2005). The political economy of regionalism. The case of Southern Africa. New York: Palgrave/Mcmillan

Soko, Mills (2007). “The political economy of regional integration in Southern Africa”, Notre Europe, Studies & Research, 63: 1-23.

Sousa Lara, António (2013). Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão. Lisboa: ISCSP.

_____ (2013). “O Regresso ao Futuro: Ideologia, Política e Geopolítica”, em A Crise e o Futuro, António de Sousa Lara (Coord.). Lisboa: PF: 19-42.

Strange, Susan (1998). The retreat of the state. The diffusion of power in the world economy. Cambridge University Press.

Tuathail, Gearóid; Dalby, Simon & Routledge, Paul (2006). The Geopolitics Reader. New York: Routledge.

Wheeler, Douglas e Péliissier, René (2013). História de Angola. 1ª Reimpressão, Tinta da China.

ANGONOTÍCIAS. “Complexidade das Relações Internacionais exige de Angola uma diplomacia mais actuante”. 20 de Janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/41117/complexidade-das-relacoes-internacionais-exige-de-angola-uma-diplomacia-mais-actuante>. Consultado a 20 de Novembro de 2016.

ANGOP. “Ministro das Relações Exteriores afirma que integração na zona de comércio da SADC já esteve mais distante”. 14 de Novembro de 2013. Disponível em: http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2013/10/46/Ministro-das-Relacoes-Exteriores-afirma-que-integracao-zona-livre-comercio-SADC-esteve-mais-distante,10774567-6bee-4629-a710-f50a0afcb228.html. Consultado a 16 de Outubro de 2016.

CIA. The World Fact Book. “Angola”, disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ao.html>. Consultado a 15 de Agosto de 2016.

Economic Commission for Africa (2006). Economic Report on Africa 2006. Capital flow and development financing in Africa.

Economic Commission for Africa (2007). Economic Report on Africa. Accelerating Africa’s development through diversification.

Grilho, António Manuel de Matos. “A Geopolítica de Angola: Dinâmicas de Afirmção num Quadro Regional”. Trabalho de Investigação Individual, Instituto de Estudos Superiores Militares, Curso de Estado Maior-Conjunto, 2009, disponível https://comum.rcaap.pt/bitstream/.../MAJ%20Grilo%20A_Geopolitica_de_Angola.pdf. Consultado a 15 de Outubro de 2016.

IECONOMICS. “Angola-Economic Indicators”. Disponível em <https://ieconomics.com/angola#>. Consultado a 20 de Dezembro de 2016.

Info - Angola. “Angola – Geomorfologia”, disponível em http://info-angola.ao/index.php?option=com_content&view=article&id=1178:angola-

[geomorfologia&catid=617:geomorfologia&Itemid=1113](#). Consultado a 12 de Janeiro de 2014;

_____. “Angola - Clima”, disponível em http://info-angola.ao/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=624&Itemid=110
6. Consultado a 12 de Janeiro de 2014.

_____. “Angola – Recursos Minerais”, disponível em http://info-angola.ao/index.php?option=com_content&view=article&id=128:recursos-minerais&catid=619:recursos-minerais&Itemid=1111. Consultado a 12 de Janeiro de 2014.

_____. “Angola – Solos”, disponível em http://info-angola.ao/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=622&Itemid=110
8. Consultado a 12 de Janeiro de 2014.

IMF. Angola. Selected Issues Paper. IMF Country Report nº 14/275. September 2014, disponível em <https://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2014/cr14275.pdf>. Consultado a 15 de Novembro de 2016.

Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. “As Grandes Regiões Agrícolas de Angola”. 09.03.2007, disponível em <http://www.minagri.gov.ao/VerPublicacao.aspx?id=68>. Consultado a 29 de Dezembro de 2016.

Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial. “Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017”. Dezembro 2012. Disponível em <http://www.governo.gov.ao/download.aspx?id=1264&tipo=publicacao>. Consultado a 13 de Abril de 2015.

OECD (2002). Africa Economic Outlook - South Africa. Disponível em <http://www.oecd.org/southafrica/1826412.pdf>. Consultado a 23 de Setembro de 2016.

OECA (2004). Africa Economic Outlook – Angola. Disponível em <https://www.oecd.org/dev/34867761.pdf>. Consultado a 15 de Dezembro de 2016.

SADC. “Regional Indicative Strategic Development Plan”. SADC(E) 03/02/2004, Disponível em <https://www.sadc.int/documents-publications/show/818>. Consultado a 12 de Janeiro de 2014.

_____. “Strategic Indicative Plan for the Organs on Politics, Defense and Security Cooperation. Revised Edition. Maputo/Mozambique. SADC, 2010, disponível em <https://www.sadc.int/documents-publications/show/2033>. Consultado a 12 de Janeiro de 2014.

_____. Plano Estratégico Indicativo do Órgão de Cooperação nas áreas de Política, Defesa e Segurança”. SADC, 2010. Disponível em http://www.sadc.int/files/7713/6880/2990/03513_SADC_SIPO_Portuguese.pdf. Consultado a 25 de Abril de 2016.

_____. SADC Electoral Advisory Council (SEAC). Disponível em <https://www.sadc.int/sadc-secretariat/services-centres/sadc-electoral-advisory-council-seac/>. Consultado a 12 de Janeiro de 2014.

Trading Economics. Angola GDP per capita PPP. Disponível em <http://www.tradingeconomics.com/angola/gdp-per-capita-ppp>. Consultado a 15 de Dezembro de 2016.

Van-Dúnem, Belarmino. “Geopolítica e Geoestratégia Angolana”, 2010 (13.09), disponível em <http://berlarminovandunem.blogspot.com/2010/09/geopolitica-e-geoestrategia-angolana.html>. Consultado a 20 de Novembro de 2016.

Anexo nº 1: Caracterização Socioeconómica de Alguns Países da SADC

Caracterização Socioeconómica de Alguns Países da SADC

A República de Moçambique faz parte do pequeno grupo de países que mais cresceram em África na década de 2000, alcançando uma taxa de 7,9% em 2007, e mesmo depois da crise de 2008 alcançou 7,2% em 2014. O país possui uma grande riqueza agrícola (45% do seu território possui solos aráveis), ainda que apenas 20% é intensamente explorado (80% desse solo é usado para agricultura de subsistência), a par da extração de madeira das florestas nativas. Ainda assim, a agricultura ocupa um lugar importante no PIB do país, contribuindo com 25,3% e empregando a maioria da força de trabalho do país. Destaca-se ainda o sector minério, com a exploração e exportação do carvão, titânio, sal, grafite, bauxite, ouro, pedras preciosas e semipreciosas e reservas de gás natural e mármore, bem como uma grande capacidade hidroelétrica⁴⁶, para além de um pequeno parque industrial e um grande potencial turístico⁴⁷. O perdão da dívida externa que beneficiou dos principais credores internacionais e as reformas fiscais que têm sido implementadas e contribuindo para o crescimento económico do país (OECD, 2004), foram acompanhadas por políticas de atracção de investimento, sobretudo nos sectores energéticos, mineiros e turísticos⁴⁸. Contudo, apesar desses passos significativos rumo ao desenvolvimento económico, grande parte da população vive abaixo da linha da pobreza e enfrenta carências diversas.

A República da Tanzânia, apesar do seu baixo rendimento per capita (1700 dólares em 2012), alcançou altas taxas de crescimento económico, mesmo no auge da recessão económica global, na ordem de 6% a 7% entre 2009 a 2015. Esse crescimento foi suportado praticamente pela produção de ouro e pelo turismo, mas também por políticas de estímulos fiscais e políticas monetárias eficazes e eficientes, para além da ajuda internacional do Banco Mundial e do FMI. Mas a economia depende consideravelmente da agricultura (OECD, 2003), apesar da topografia e das condições climáticas limitarem as terras cultiváveis apenas à 40%, contribui com 25% no PIB, 85% das exportações e emprega quase 80% da mão-de-obra. A indústria se ocupa essencialmente do processamento agrícola (açúcar, cerveja, cigarro, sisal), mineração (diamante, ouro, ferro), vestuário, sal, cimento, refino de petróleo, produtos de madeira e fertilizantes. As reformas monetárias, sobretudo no domínio bancário, levaram a expansão do sector financeiro, resultando não só na presença determinante de bancos comerciais estrangeiros, mas também na melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços, contribuindo para o crescimento do sector privado. O país beneficia da ajuda de doadores internacionais, particularmente do

⁴⁶ Assumiu completamente a gestão da Barragem de Cahora Bassa.

⁴⁷ As suas principais indústrias incluem a de alimentos, têxteis, vestuário; bebidas (cerveja), alumínio, produtos petrolíferos, produtos químicos (fertilizantes, sabão, tintas), cimento, vidro, amianto. No seu grande potencial turístico destaca-se as zonas costeiras (mais de 2 mil km de litoral), os parques e as reservas de animais no interior do país.

⁴⁸ Foi criado, nesse sentido, o Corredor de Desenvolvimento de Nacala (CDN), junto ao porto daquela cidade, com acesso rodoviário, suprimento de energia elétrica e com ligação por ferrovia até ao vizinho Malawi.

Banco Mundial e do FMI⁴⁹, por causa do seu baixo rendimento per capita e da situação de pobreza que grassa no país (OECD, 2003:298).

O Reino do Botswana mantém uma estabilidade económica, do ponto de vista do crescimento económico, praticamente desde a sua independência em 1966, pois desde essa altura que mantém uma taxa de crescimento elevado, atingindo uma média de 9% ano entre 1966 a 1999. Esse crescimento é suportado pelo sector mineiro, sobretudo a dos diamantes, principal produto de exportação (85%) e que corresponde a 25% do PIB e cerca de 35% das receitas governamentais (OECD, 2003)⁵⁰. O turismo também ocupa um lugar importante nas contribuições económicas do Estado (12% ao PIB), fruto dos inúmeros parques nacionais, reservas de vida selvagem e uma fauna que constituem grandes atracções turísticas mundiais⁵¹. Uma organização fiscal rigorosa e eficaz, acompanhada de uma gestão económica eficiente transformou o Botswana numa economia de renda média, com um PIB per capita de 17.100 USD em 2012⁵². Apesar do estatuto de país de rendimento médio e a alta taxa de crescimento, o país apresenta altas taxas de prevalência do VIH/SIDA (1 em cada 3 habitantes), estiagens que constituem um grande problema para o sector agrícola, já que uma boa parte da população se dedica à agricultura e a criação de gado.

A República da Namíbia possui um PIB elevado (OECD, 2012), apesar da sua pequena extensão territorial e dimensão demográfica, sendo particularmente uma economia com uma forte dependência da mineração e do processamento de minérios para exportação, sobretudo para África do Sul⁵³. O país possui ricas jazidas de diamantes que o tornam um dos principais produtores de gemas brutas, grandes reservas de urânio, sendo o quarto ou quinto produtor a nível mundial, bem como zinco e ouro em pequenas quantidades. Apesar disso, o sector emprega somente 3% da população activa e corresponde apenas a 8% do PIB, contrariamente ao sector agrícola que possui uma importância vital para a maioria da população. Apesar disso, aproximadamente 50% dos cereais de que precisa é importado da África do Sul e a falta de bens alimentares é comum nas zonas rurais durante as estiagens. Ao nível da indústria, destaca-se as embalagem de carnes, processamento de peixe e a mineração (diamante, chumbo, zinco, estanho, prata, tungstênio, urânio e cobre. Apesar do seu elevado PIB, dada a sua pequena dimensão

⁴⁹ A Tanzânia recebeu uma das maiores subvenções, quando recebeu em 2013, 698 milhões de dólares do *Millennium Challenge Compact*. O país tem recebido fundos para aliviar a pobreza e modernizar e reabilitar as infraestruturas envelhecidas, com destaque para os transportes ferroviário e rodoviário que fornecem importantes ligações comerciais para os países do interior.

⁵⁰ A Mina de Diamante de Jwaneng Debswana é a única companhia de mineração que opera no país e metade das acções pertence ao Governo. Em 2012 a De Beers assinou um contrato de 10 anos com o Botswana e mudou a sua divisão de classificação e comercialização de pedras brutas de Londres para Gaborone.

⁵¹ O destaque vai para o Delta do Okavango, um dos ecossistemas únicos do mundo; a Reserva de Caça de Chobe, onde se pode observar uma das maiores manadas de elefantes no mundo; a Reserva do Kalahari Central, etc.

⁵² O Botswana foi classificado por duas agências de ratings como o país com melhor risco de crédito em África.

⁵³ Essa relação económica com a África do Sul estende-se ao sector cambial, pois, o dólar da Namíbia possui uma taxa de câmbio fixo de 1 dólar para cada 1 Rand.

física e demográfica, a Namíbia possui uma das piores distribuições da renda do mundo, pois, a maioria da população vive abaixo da linha da pobreza.

O Reino do Lesoto, sem litoral e geograficamente cercado pela África do Sul, depende economicamente da exportação de água e de energia para a África do Sul, do sector industrial manufacturado, da agricultura e da criação de gado, bem como de remessas e receitas alfandegárias⁵⁴. O sector dos diamantes também tem crescido nos últimos anos, tendo sido encontrado no país o maior diamante do século “Promessa do Lesoto”⁵⁵. Enquanto membro da União Aduaneira da África Austral tem conseguido arrecadar receitas que contribuem para as finanças do Estado (OECD, 2012), apesar dos esforços para diminuir essa dependência. Sem uma grande indústria (alimentos, bebidas, têxtil, vestuário, artesanato, turismo e mineração do diamantes), o Estado possui uma grande presença na economia e constitui o maior empregador. A maioria da população vive em zonas rurais e se dedica particularmente à agricultura de subsistência, ainda que ela seja vulnerável às variações climáticas, produzindo assim menos de 20% da demanda nacional de alimentos.

O Reino da Swazilândia, um país geograficamente cercado pela África do Sul e Moçambique, faz parte do conjunto de países que menos cresceu na África Subsaariana (apenas 1,2% em 2007). Grande parte das suas exportações (60%) vão para África do Sul e mais de 90% das importações são provenientes daquele país. O açúcar e a polpa de madeira constituem as principais fontes de exportação e as receitas do Governo provêm também dos direitos aduaneiros enquanto membro da SACU, mas a maior parte da mão-de-obra (aproximadamente 80%) está empregada na agricultura de subsistência, destacando-se também a mineração, sobretudo do carvão e a extração de pedras para construção (ouro e diamantes em pequena escala) e a diversificação do sector manufacturado⁵⁶. A principal linha industrial é a mineração de carvão, polpa de madeira, açúcar, suco concentrado de frutas, têxteis e roupas. Apesar de possuir uma renda média baixa, apresenta uma distribuição muito desigual, pois, 20% da população controla 80% da riqueza do país e mais do que isso, observa-se igualmente insegurança alimentar, com 29% da população em 2010 e desemprego, com 29% da força de trabalho em 2010 (OECD, 2012:2). A par da pobreza (69% da população vive abaixo da linha de pobreza), das altas taxas de mortalidade infantil e elevadas taxas de infecção por HIV (mais de 25% da população), a degradação permanente dos solos, as secas e as inundações periódicas contribuem para agravar as necessidades das populações mais carenciadas.

⁵⁴ O Lesoto importa 90% dos bens que consome à África do Sul, incluindo a maioria dos insumos agrícolas, e as remessas de membros das famílias que trabalham nas minas, nas explorações agrícolas e nos trabalhos domésticos neste país constitui uma importante fonte de rendimento das famílias. A água é um recurso natural de grande importância para o país, ao qual a África do Sul *royalties* para a transferência através de sistemas de represas e reservatórios.

⁵⁵ O promessa do Lesoto pesa 603 quilates (120 gramas), Ele é maior que uma bola de golfe e é o 15º maior diamante da história. foi comprado por US\$ 12,36 milhões pela South African Diamond Corporation (Safidico).

⁵⁶ Para além disso, as remessas dos trabalhadores das minas, das explorações agrícolas e dos trabalhos domésticos na África do Sul constituem também uma importante fonte de rendimento das famílias.

A República do Zimbabwe sofreu severamente com a hiperinflação até o ano de 2009, e nesta apresentava quedas sucessivas do Produto Interno Bruto. Além da hiperinflação desde 2000 encontra-se em uma profunda crise, marcada por um alto índice de desemprego, pobreza e uma crônica escassez de combustíveis, alimentos e moedas estrangeiras. A hiperinflação vem destruindo a economia do país e arrasando o sector produtivo.

O Reino de Malawi é tido como um país subdesenvolvido por depender fundamentalmente da agricultura. Tem uma extensão territorial de apenas 11,8 milhões de hectares, mas só 40% são cultiváveis. A agricultura representa 42% do PIB e 80% das exportações, e mais de 85% da população vive no campo.

A Zâmbia é um dos países que mais cresceu nos últimos 10 anos, com taxas de crescimento do PIB de 6,7% por ano, devido em grande parte da estabilidade do preço do cobre, seu principal produto de exportação e esteio da sua economia, e o aumento da capacidade do sector da energia. Na sua indústria destaca-se a mineração e processamento de cobre, construção civil, alimentos, bebidas, produtos químicos, fertilizantes e hortícolas. Apesar das elevadas taxas de crescimento e a sua condição de país de rendimento médio inferior, o crescimento populacional (2,3%/ano) é bastante elevado e, para além disso, a pobreza rural generalizada e extrema, bem como os elevados níveis de desemprego tendem aumentar, devido sobretudo as oscilações e baixas do preço do cobre, problemas na gestão dos recursos hídricos (gerando pouca energia) e aumento da dívida pública⁵⁷.

As Ilhas Maurícias possuem uma das mais altas taxas de crescimento económico da África Subsaariana (14,5% em 2007) e, mesmo tendo sofrido algum revés com a crise global, a economia cresceu 3 a 4% entre 2010 a 2014. Apesar de se ter tornado numa economia diversificada de renda média-alta, com sectores industriais, financeiros e turísticos em alto crescimento, agricultura desempenha um papel importante, destacando-se o cultivo de cana de açúcar (ocupa 90% da terra cultivada, representa 60% do PIB, corresponde a 25% do total de exportação e 15% dos ganhos desse total). Outro sector importante da economia é a indústria têxtil, convertendo-se na primeira zona franca do Oceano Índico, conseguindo entre 2010 a 2014 um volume de exportações de 40% para os EUA⁵⁸. O turismo é também um sector importante da economia, atraindo investimentos estrangeiros e contribuindo para o crescimento económico. Portanto, o crescimento económico estável do país nas últimas décadas tem sido refletido numa distribuição de renda mais justa, no aumento da expectativa de vida, no declínio da mortalidade infantil e na melhoria das infraestruturas⁵⁹. Porém, parece importante realçar que grande

⁵⁷ Em 2012 a Zâmbia conseguiu um empréstimo de 7 mil milhões de dólares de investidores internacionais através da emissão de obrigações soberanas e o Kwacha tem tido uma depreciação constante face ao Dólar.

⁵⁸ Mas a indústria inclui também, para além da têxtil, o processamento de alimentos (especialmente açúcar), roupas, mineração, produtos químicos e de metal, equipamentos de transporte, máquinas não-elétricas.

⁵⁹ O país aposta numa estratégia de desenvolvimento centrada na expansão de instituições financeiras locais, tendo alcançado mais de mil milhões de dólares americanos, bem como do sector das tecnologias de informação e comunicação, sobretudo com o projecto de construção de um sistema de telecomunicações interna.

parte dos recursos são destinados à importação de outros produtos de que carece a ilha como o arroz ou a batata.

A República de Madagáscar, um dos países mais pobre do mundo, possui uma economia assente essencialmente na agricultura (camarões, especiarias, café, cacau, algodão, tabaco são os produtos mais importantes), ecoturismo e mineração (Tradings Economy, 2016). A Economia, apesar das dificuldades em termos de investimentos e a fragilidade do sistema financeiro, recuperou entre 2006 a 2008, com um crescimento de 6,7% e 7,1%, antes do declínio em 2009 (-4,1%) e uma baixa taxa de crescimento baixo dos 3,5% (Tradings Economy, 2016). A situação político-militar, como o golpe militar de 2009, tem contribuído não só para a queda da economia, com a diminuição drástica dos principais contribuintes do PIB (agricultura, ecoturismo e mineração), mas também para agravar a situação de vida da maioria população (70%) que vive abaixo da linha da pobreza.

A República Democrática do Congo (ex-Zaire) possui uma vasta riqueza mineral no seu subsolo, desde diamante, ouro, ferro e urânio⁶⁰, ainda que esse potencial tenha declinado drasticamente desde os meados da década de 1980⁶¹. Os dois recentes conflitos, reduziram dramaticamente a produção nacional e as receitas do governo, aumentaram a dívida externa. Mas, desde o final de 2002 que a situação melhorou, atingindo uma média de crescimento de 5,8 entre 2004 a 2012, impulsionada não só “pela melhoria gradual da situação política e de segurança, mas sobretudo pelos investimentos privados nos setores de mineração e comércio, bem como um aumento do investimento público, especialmente na construção” (African Development Bank e African Development Fund, 2013:2). A indústria que também ressentiu bastante da guerra, abrange a mineração (diamante, ouro, cobre, cobalto, coltan, zinco), processamento de minérios e bens de consumo.

⁶⁰ A região de Katanga alguns dos melhores depósitos mundiais de cobre e cobalto.

⁶¹ A guerra intensificou o impacto de problemas básicos, como uma moldura legal incerta, corrupção, inflação e falta de abertura nas políticas económicas e operações financeiras do governo. Para além disso, as empresas estrangeiras retraíram-se pela incerteza quanto ao resultado dos conflitos, à falta de infraestruturas e ao difícil ambiente empresarial.

Anexo nº 2: **RISDP: Comércio, liberalização económica e desenvolvimento**

1	Objectivos	Conclusão da criação da Zona de Comércio Livre até 2008
	Estratégias	Acelerar a implementação do Protocolo sobre Trocas comerciais
	Medidas	Implementar todas as disposições do Protocolo sobre Trocas Comerciais até 2008
	Prazos	2004 – 2008
	Indicadores	Todas as pautas do comércio intra-SADC ao nível zero; NTB e TBT
	Responsabilidade	Estados Membros e Secretariado
2	Objectivos	Criação de uma União Aduaneira da SADC até 2010
	Estratégias	Facilitar a criação de uma União Aduaneira e um Mercado Comum no âmbito do Protocolo Comercial, até 2004
	Medidas	Negociar uma Tarifa Externa Comum; estabelecer um quadro institucional para a implementação da União Aduaneira
	Prazos	2005-2008
	Indicadores	Estabelecida tarifa externa comum; instrumento jurídico que estabelece a União Aduaneira e o Mercado Comum; Implementada a tarifa externa comum
	Responsabilidade	Estados Membros & Secretariado
3	Objectivos	Criação de um Mercado Comum da SADC até 2015
	Estratégias	Consolidar a criação de um mercado interno da SADC
	Medidas	Negociar instrumentos relativos à livre circulação de todos factores de produção
	Prazos	2010 – 2015
	Indicadores	Instrumento jurídico relativo à livre circulação de todos os factores de produção
	Responsabilidade	Estados Membros e Secretariado
4	Objectivos	Aumento da competitividade económica da SADC, até 2015
	Estratégias	Desenvolver um quadro de política e estratégia de desenvolvimento industrial regional; desenvolver estratégia de competitividade económica da SADC; Incrementar a competitividade do sector manufactureiro
	Medidas	Análise da plataforma de competitividade da SADC; Teste de desempenho periódico dos pontos fortes e fracos da competitividade da SADC Aumentar os níveis de produtividade através da aplicação da Ciência e Tecnologia e do uso de Tecnologias de Informação e Comunicação; Reforçar os critérios e a qualidade das infraestruturas para se alcançar as melhores práticas internacionais
	Prazos	2004 – 2015
	Indicadores	Quadro de desenvolvimento industrial da SADC; estratégia de competitividade da SADC; relatório sobre a competitividade da SADC Regulatórios sobre a produtividade; Adoptados os relatórios sobre as melhores práticas
	Responsabilidade	Estados Membros e Secretariado
5	Objectivos	Diversificação da estrutura de produção e das exportações até 2015
	Estratégias	Promover mais valia, especialmente nos sectores de agricultura e mineiro; encorajar criação de novas indústrias, incluindo serviços; encorajar exportação de produtos manufacturados e de serviços
	Medidas	Promover mais valia, especialmente nos sectores de agricultura e mineiro; encorajar criação de novas indústrias, incluindo serviços; encorajar exportação de produtos manufacturados e de serviços
	Prazos	2004 – 2015
	Indicadores	Estratégia de mais valia; Aumentado o nível do uso das matérias primas loc
	Responsabilidade	Estados Membros e Secretariado

Fonte: SADC (2003).

Anexo nº 3: **SADC: Capacidade Militar (Exército, Força Aérea e Marinha) dos Países da SADC**

	<i>Exército</i>	<i>Efectivos</i>	<i>Carros de Combate</i>	<i>Viaturas Blindadas</i>	<i>Artilharia + Morteiros</i>
1	Angola	100 000	300	1020	1408
	Botswana	8500		283	46
	Lesoto	2000		22	12
	Madagáscar	12500		85	25
	Malawi	5300		41	17
	Ilhas Maurícias	2000		18	
	Moçambique	10000	60	341	126
	Namíbia	9000		72	69
	RDC	120 000	49	250	540
	RSA	37141	167	2186	1467
	Seychelles	200		6	6
	Tanzânia	23000	45	79	378
	Zâmbia	13500	30	133	182
	Zimbabwe	25500	40	185	242
2	<i>Força Aérea</i>	<i>Efectivos</i>	<i>Aviões de Combate</i>	<i>Aviões de transporte</i>	<i>Helicópteros</i>
	Angola	6000	85	69	44
	Botswana	500	46	25	21
	Lesoto	110		4	6
	Madagáscar	500		11	5
	Malawi	200		7	3
	Ilhas Maurícias				4
	Moçambique	1000		16	4
	Namíbia		24	28	6
	RDC	2548	5	1	40
	RSA	10653	66	102	92
	Seychelles	20		3	
	Swazilândia				
	Tanzânia	3000	25	35	18
Zâmbia	1600	28	44	23	
Zimbabwe	4000	46	82	18	
3	Marinha	Efectivos	Navios de Guerra	Patrulhas Costeiros	Observação
	Angola	1000		9	
	Botswana				
	Lesoto				
	Madagáscar	500		12	
	Malawi	220		15	
	Ilhas Maurícias	500 a)	1 b)	25	a) Guarda Costeira; b) Com capacidade de helicóptero.
	Moçambique	200		5	
	Namíbia	200		9	
	RDC	6703 c)		3 d)	c) Inclui destacamento de fuzileiros; d) Dispõe de 20 PCI abaixo de 50 pés
	RSA	6244	7	50	Capacidade submarina (SSR-209)
	Seychelles	200		9	
Tanzânia	1000		8		

Fonte: Adaptado de Bernardino (2013:570-571).

Exclui-se os países que não possuem dados ou capacidades em cada uma das áreas militares.

Legenda: 1 (Exército); 2 (Força Aérea); 3 (Marinha).

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT